

Objetivo é eliminar as obstruções causadas nas pautas da Câmara e do Senado pela forma atual de tramitação das medidas provisórias, que emperra as atividades do Poder Legislativo



Plenário vota novas regras para domar MPs

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que modifica o rito das medidas provisórias está pronta para votação, nesta quarta-feira. Isso porque o Senado já cumpriu as cinco sessões de discussão em primeiro turno da proposta,

que condiciona o início da vigência das MPs à aprovação da admissibilidade pelo Congresso. O objetivo da PEC, que precisa ser votada em dois turnos, é eliminar as constantes obstruções nas pautas do Senado e da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Um dos itens mais importantes da convocação extraordinária, matéria deverá passar por dois turnos de votação para depois ser encaminhada à Câmara

CPI dos Correios pode reconvocar Duda Mendonça

PÁGINAS 14 E 15

CPI dos Bingos: liminares do STF em debate

PÁGINAS 12 E 13

Só acordo pode agilizar votação do Orçamento

PÁGINA 9

TV digital traz desafio de democratizar a tecnologia

PÁGINAS 6 E 7

CIDADANIA

Concursos públicos: maratona pela estabilidade

PÁGINA 24



Fila de inscrição para concurso: salário e emprego seguros são principais atrativos

Pólo Industrial de Manaus é mais que um novo nome

PÁGINA 5

Grupo propõe caminhos para reduzir burocracia

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

Projeto pode mudar sistema de câmbio

Reformular o sistema cambial brasileiro, ao permitir a compensação cambial e eliminar a chamada "cobertura cambial" nas operações de exportações, é a proposta do projeto de lei complementar, de autoria do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que será apresentado nesta quarta-feira, às 15h, na Presidência do Senado Federal.

O projeto tem como meta reduzir as perdas causadas pelos altos custos de transação na economia, atingindo tanto empresas como pessoas físicas. Uma das novidades é a abertura de conta corrente em moeda estrangeira em instituições autorizadas pelo Banco Central (Bacen), nos casos em que os recursos forem "originários de créditos ou haveres na mesma moeda". Isso permitirá que pessoas que trabalham em outros países possam depositar moeda estrangeira em contas de seus familiares no Brasil.

Além disso, pela "cobertura cambial" vigente, qualquer pessoa que exporta tem prazo definido pelo Banco Central para fazer a liquidação em reais de suas receitas em moeda estrangeira. O projeto elimina esse prazo, permitindo o câmbio no momento escolhido pelo exportador.

A proposta também limita a movimentação das contas para os casos de aplicação financeira das disponibilidades, de ingresso dos recursos no país e de liquidação de obrigação em moeda estrangeira no exterior, o que irá facilitar principalmente

a vida de exportadores. Contudo, será vedada a utilização dos recursos dessas contas para o pagamento de obrigações devidas em moeda nacional.

Outro benefício, de acordo com a proposição, é a liberação da compensação cambial, uma vez que hoje o exportador não pode cancelar débitos e créditos em moedas externas automaticamente, sendo obrigado a realizar duas operações de câmbio, pagando os custos de transações que levam até 4% de suas receitas cambiais.

Ao justificar o projeto, o senador Bezerra argumenta que "a persistência da chamada cobertura cambial e da vedação da compensação cambial - ainda que tivessem sólida racionalidade para períodos anteriores - é um anacronismo para a atual estrutura financeira mundial e para as condições presentes alcançadas pela economia brasileira".

Mas a proposta também apresenta salvaguardas. O Conselho Monetário Nacional ficará autorizado a impor as restrições ao livre fluxo de divisas, assim como deverá registrar os fluxos de entrada ou saída de capital externo ou das mutações patrimoniais, questão que deverá ser regulamentada. Bezerra explica que "em situações excepcionais, em que haja grave risco de crise cambial, o Bacen poderá ser autorizado a temporariamente restituir o monopólio do câmbio, até que se normalize a situação de crise que eventualmente possa ocorrer".

Brasileiros poderão ter conta corrente em moeda estrangeira



Comissões

SEGUNDA-FEIRA

14h - CPI DOS CORREIOS

Crimes fiscais - A sub-relatoria de Normas de Combate à Corrupção ouviu as sugestões de representantes do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco) da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco) sobre medidas para coibir crimes fiscais como a sonegação de impostos.

Reconstrução e Desenvolvimento, é destinado ao financiamento parcial do Projeto Comunidades Duráveis do Estado do Amapá.

Dedução - Também está na pauta projeto que autoriza a dedução, no Imposto de Renda, das doações aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente (PLC 51/04). De autoria da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), tem como relator o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

transportado dólares cubanos para o caixa dois do PT. Além disso, ouve ainda os empresários ligados a jogos Carlos Roberto Martins e Messias Antonio Ribeiro Neto.

11h - EDUCAÇÃO

Escolas navais - O único item em discussão na comissão é a proposta que busca regulamentar e atualizar o sistema de educação da Marinha (PLC 139/05), de autoria da Presidência da República. O relator é o senador Marcelo Crivella (PMR-RJ).

15h - CPI DOS CORREIOS

Mercado de Capitais - As sub-relatorias de Fundos de Pensão e de Normas de Combate à Corrupção ouvem o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Trindade.

QUINTA-FEIRA

10h - CPI DOS CORREIOS

Auditorias - A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção ouviu o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Adylson Motta, e o presidente da Auditor, Henrique Ziller.

19h - COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO

Relatórios - A comissão retoma o exame dos relatórios setoriais do Orçamento 2006. A ideia é que o relatório final seja votado no Congresso até o dia 14, ainda durante a convocação extraordinária.

TERÇA-FEIRA

9h30 - ASSUNTOS ECONÔMICOS

Empréstimo - A CAE analisa autorização para empréstimo de até US\$ 4,8 milhões ao governo de Amapá. O dinheiro, emprestado pelo Banco Internacional para

10h - CPI DOS CORREIOS

Previdência Complementar - As sub-relatorias de Fundos de Pensão e de Normas de Combate à Corrupção promovem reunião conjunta para ouvir o secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis.

10h30 - CPI DOS BINGOS

Caso Havana e Bingos - A CPI vai ouvir o empresário Roberto Kurzweil, dono da aeronave que, segundo denúncias, teria

Senado vai debater criação do Fundeb

A proposta de emenda constitucional (PEC 536/97) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em breve será debatida no Senado. A PEC foi aprovada no dia 2 pela Câmara dos Deputados.

A proposta determina que o fundo vigore de 2006 a 2019, seja financiado com recursos da União, dos estados e dos municípios, e atenda a alunos da educação básica (que inclui os ensinos fundamental e médio), crianças de zero a três anos e educação de adultos. No mínimo 60% dos recursos serão destinados ao pagamento de professores. O Fundeb deve complementar o alcance do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cuja vigência, de dez anos, se encerra em setembro, mas que poderá ser prorrogada, caso a Câmara ratifique a aprovação, pelo Senado, da PEC 29/02, que estende sua vigência até 2016.

Homenagens para Bibi Ferreira e aposentados

O Senado aprovou a realização de duas sessões especiais. Uma delas é endereçada aos aposentados e pensionistas e está prevista para o próximo dia 13 (segunda-feira), às 14h, quando haverá debate sobre a recomposição de benefícios da Previdência. A segunda destina-se a homenagear a "primeira-dama do teatro brasileiro", Bibi Ferreira. O requerimento é de autoria da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e a data ainda será marcada. Abigail Izquierdo Ferreira, Bibi, é filha do ator e diretor de teatro Procópio Ferreira e da dançarina e cantora espanhola Aída Izquierdo. Pisou no palco pela primeira vez aos 18 anos e, aos 23, fundou a sua própria companhia, por onde passaram nomes como Cacilda Becker. Além de ser atriz e dançarina, e do seu talento musical - canto, piano e violino -, Bibi foi diretora de teatro e apresentadora de televisão. Com mais de 60 anos dedicados ao teatro, Bibi recebeu da Unesco, órgão da Organização das Nações para a Educação, a ciência e a Cultura, o prêmio cultural "Unesco 2004", por suas importantes contribuições na área de espetáculos teatrais no Brasil.

ERRATA

Diferentemente do que o **Jornal do Senado** noticiou, a sessão especial destinada a homenagear as vítimas do Holocausto, no dia 27 de janeiro - data da libertação dos prisioneiros

de Auschwitz, maior campo de extermínio de judeus -, foi solicitada pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), por sugestão das instituições Amisrael e Haverimbril.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h: sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h: sessão deliberativa

Auditorias - Estão na pauta três requerimentos para que o Tribunal de Contas da União realize auditorias na Fundação Banco do Brasil e na aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) no Tocantins.

Recesso parlamentar - Também estão na ordem do dia três propostas de emendas constitucionais (PECs 3/00, 12/00 e 14/01) que diminuem o período de recesso parlamentar do Congresso Nacional, atualmente de 90 dias. Ainda deve chegar ao Senado a proposta que reduz o recesso para 55 dias, aprovada pela Câmara dos Deputados na última semana.

Medidas provisórias - Os senadores devem votar, em segundo turno, a proposta que muda a tramitação das medidas provisórias (MPs), com o objetivo principal de evitar longos períodos de obstrução das votações (PEC 72/05). O texto prevê, entre outros, que as medidas provisórias editadas pelo go-

verno só podem valer depois que tenham sua admissibilidade aprovada pelo Congresso Nacional. Se os parlamentares acreditarem que o tema não deve ser objeto de medida provisória, ele será convertido em projeto de lei em regime de urgência.

Reforma do Judiciário - Também constam na pauta três projetos que regulamentam as mudanças previstas na reforma do Judiciário: o primeiro (PLS 12/06) limita os recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF); o segundo (PLS 13/06) regulamenta o instrumento da súmula vinculante - pelo qual as decisões de tribunais superiores ficam sujeitas às interpretações do STF; e o terceiro (PLS 14/06) prevê que, em caso de violação dos direitos humanos, o julgamento possa passar da Justiça estadual para a federal.

QUARTA-FEIRA/QUINTA-FEIRA

Agenda em aberto - Não está definida a pauta dessas sessões. Se as propostas que tem votação prevista para terça-feira não forem analisadas, elas devem compor a pauta dos dias seguintes.

SEXTA-FEIRA

9h: sessão não-deliberativa

CONGRESSO Proposta condiciona vigência da medida provisória à aprovação da admissibilidade por comissão

Novo rito para MPs deve ser votado na quarta

O Senado já cumpriu as cinco sessões de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que modifica o trâmite das medidas provisórias (MPs) no Congresso (PEC 72/05). A proposta, de autoria do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), está pronta para votação, prevista para a quarta.

O objetivo da PEC é eliminar as constantes obstruções das

pautas da Câmara e do Senado, emperrando as atividades do Legislativo. Para isso, o texto determina que as MPs só terão força de lei após análise prévia do Congresso sobre os critérios de relevância e urgência, na CCJ da Casa onde a matéria tiver seu trâmite iniciado. O prazo para exame da admissibilidade pela CCJ será de três dias, com igual prazo para recurso ao Plenário. Para isso, a Mesa do Congresso deverá distribuir as MPs alternadamente para a Câmara e o Senado.

As MPs, de acordo com a proposta, perderão eficácia se não forem convertidas em lei em 120 dias, improrrogáveis. Metade do prazo será reservado à Câmara, cuja pauta ficará trancada a partir do 45º dia de tramitação. No Senado, o prazo será de 45 dias e o bloqueio da pauta ocorrerá a partir do 30º dia.

Mesmo que a Casa iniciadora não tenha concluído a

votação no prazo, a matéria continuará a tramitação e pode voltar à primeira Casa nos 15 dias finais – prazo que também servirá para a apreciação de possíveis emendas da Casa revisora. Se a Casa revisora não deliberar em tempo hábil, a MP perde sua eficácia e passa a tramitar como projeto de lei em regime de urgência.

Atualmente, o prazo de vigência de uma MP é de 60 dias, prorrogável por igual período. O trâmite é sempre iniciado pela Câmara, mas o prazo para deliberação vale para ambas as Casas, trancando a pauta de deliberações da Casa em que estiver no 45º dia de vigência. Como a Câmara geralmente usa prazo maior, as MPs, via de regra, chegam ao Senado trancando a pauta e com pouco tempo para discussão e deliberação.

Pela PEC, a majoração de tributos tampouco poderá ser objeto de medida provisória.

Para ser aprovada, a proposta, além da votação em primeiro turno, precisa de três sessões de discussão e votação em segundo turno, com quórum de 49 senadores para sua aprovação. A expectativa é que a votação da PEC 72/05 seja concluída ainda nesta convocação extraordinária.



Renan Calheiros (D) com Antonio Carlos (E): MPs emperram atividades legislativas



Senadores garantiram discussão em primeiro turno da proposta que muda o trâmite das medidas provisórias

FOTOS: MOREIRA MARIZ

PEC da verticalização pode ter votação final na Câmara

Esta semana será decisiva para a definição das coligações dos partidos políticos para as próximas eleições. Enquanto a Câmara vota, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 582/02) que restabelece a possibilidade de partidos fazerem coligações adversárias nas eleições presidenciais, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anuncia até terça-feira se ingressa com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) para contestar a validade da medida já em 2006.

Na Câmara, se a tendência registrada no primeiro turno se confirmar – a PEC teve 35 votos a mais que o mínimo necessário (308 votos) –, a Constituição deve ser emendada, pois o Senado já aprovou a proposta.

A chamada verticalização pegou os partidos de surpresa em fevereiro de 2002, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em decisão polêmica, interpretou que a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97), ao não limitar coligações, feria a Constituição, que determina o caráter nacional dos partidos.

Uma Adin é defendida pelo presidente nacional da OAB, Roberto Busato, e pelo conse-

heiro Fábio Konder Comparato. Para Comparato, ainda que em forma de PEC, a mudança viola o artigo 16 da Constituição, que estabelece que mudanças nas regras eleitorais só podem ser feitas até um ano antes do pleito.

– Essa regra foi aprovada depois de anos de luta para evitar esses arranjos, essas negociatas de última hora, que não interessam ao povo, só aos políticos – declarou Busato.

– As coligações são feitas pelos partidos sem consulta ao povo, o que mostra que os partidos não têm qualquer conteúdo ideológico programático – afirmou Comparato.

Para Renan, medida é inadequada agora

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defende o fim da verticalização por considerar o princípio inadequado nesse momento político. Para ele, o caráter nacional das alianças teria que ser consequência de uma ampla reforma política.

Já o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) entende que a verticalização é imprescindível contra o fisiologismo. Para ele, “interesses pessoais, paroquiais e casuísticos”, em vez de convicções teóricas, defendem a verticalização.

Câmara decide sobre custo de campanha

A Câmara dos Deputados deve votar na tarde desta terça-feira o projeto de lei que reduz os custos das campanhas eleitorais (PL 5.855/05). Os líderes partidários discutiram na semana passada o parecer preliminar apresentado pelo deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) à proposta já aprovada pelo Senado.

O relator fez alterações na proposta original, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), para que a lei entre em vigor antes das eleições deste ano. Caso seja alterado, o projeto deve voltar ao Senado para nova votação.

Foram retirados da proposta os dispositivos que alteravam a duração da propaganda eleitoral e o formato do horário gratuito no rádio e na TV. Por outro lado, Moreira Franco manteve a proibição de showmícios e de distribuição de brindes.

Na opinião do relator, a falta de acordo se deve às restrições à propaganda eleitoral.

– Há municípios, por exemplo, que recebem programa de televisão de outros estados. Portanto, o carro de som é um instrumento indispensável. São questões dessa natureza que fazem os líderes sentirem necessidade de ouvir suas bancadas – entende o relator.

O texto de Moreira Franco inclui artigo que permite ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabelecer um limite máximo aos gastos de campanha para cada cargo em disputa, que poderia variar de estado para estado.

A medida foi bem recebida pelo presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo. Ele su-

gere, no entanto, que a própria Câmara estabeleça na lei o limite máximo de gastos e não deixe a decisão para o TSE.

– Sou favorável ao estabelecimento de teto para gasto eleitoral para candidatos a deputados, prefeitos, governadores

e para presidente. Acho que pode ser admitida a regionalização do teto. O gasto de campanha em um estado com 40 milhões de habitantes, como São Paulo, não tem semelhança com o gasto de um estado com 500 mil habitantes – justificou Aldo.

Os líderes partidários tentarão acordo sobre a proposta em reunião marcada para as 14h desta terça, quando o texto pode sofrer novas modificações. (Com Agência Câmara)

Matéria ainda não tem acordo e pode voltar ao Senado para nova votação

semelhança com o gasto de um estado com 500 mil habitantes – justificou Aldo.

Última chance para evitar cancelamento do título

Os 597.235 eleitores que deixaram de votar nas últimas três eleições (referendo de 2005 e os dois turnos da eleição de 2004), sem justificar a ausência, poderão ter os seus títulos cancelados pela Justiça Eleitoral, caso não regularizem a situação até o dia 30 de março: o eleitor faltoso deve comparecer a um cartório eleitoral munido de identidade, título de eleitor e, se for o caso, os comprovantes de justificativa ou de recolhimento de multa.

No link “Consulta ao título de eleitor”, na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet (www.tse.gov.br), o cidadão pode saber se seu título está sujeito a cancelamento. A lista não inclui analfabetos, os que têm entre 16 e 18 anos, e maiores de 70 anos e portadores de deficiência. Os títulos cancelados serão divulgados em 18 de abril.

Caso o eleitor esteja fora do Brasil e tenha o nome na lista dos faltosos, deve encaminhar

requerimento ao juiz eleitoral acompanhado de documentos que comprovem sua permanência no exterior. Um procurador do eleitor poderá apresentar o requerimento e efetivar a regularização no cartório eleitoral.

A revisão dos títulos é realizada a cada dois anos em anos ímpares. Em 2001, a Justiça Eleitoral cancelou 1.950.690 títulos; em 2003, 2.154.880; e, em 2005, 1.089.662. O referendo de 2005 motivou a revisão este ano.

PLENÁRIO Acatado por 39 votos, contra 14, e mais três emendas, polêmico projeto precisará retornar à Câmara

Plenário aprova gestão de florestas

O Senado aprovou, com 39 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções, o polêmico projeto de lei que permite a exploração sustentável de florestas públicas por empresas privadas (PLC 62/05). A proposta, que tramitava em regime de urgência, foi enviada ao Congresso pela Presidência da República. Como a matéria foi aprovada com emendas (*veja quadro ao lado*), voltará à Câmara para nova apreciação.

Com a aprovação do PLC 62/05, será criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, cujo objetivo será estabelecer atividades voltadas para o desenvolvimento florestal sustentável e a promoção da inovação tecnológica no setor. A gestão desse fundo deverá ser feita pelo Serviço Florestal Brasileiro, órgão que também será criado pelo PLC 62/05 e que estará subordinado ao Ministério do Meio Ambiente.

Um dos pontos mais controversos do projeto, porém, é a permissão para que empresas privadas explorem – por até 40 anos – florestas públicas por meio de concessão. Apesar de o PLC 62/05

determinar que somente firmas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país podem se candidatar à exploração, vários senadores afirmam que a proposta promoverá a “internacionalização” da Amazônia.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), fez duras críticas ao projeto, declarando que “há inconstitucionalidades na proposta” e que, com sua aprovação, “as florestas serão alugadas para grandes conglomerados internacionais”. Mozarildo apresentou um substitutivo, com diversas alterações, que acabou rejeitado na CCJ.

Risco de pirataria e ausência de fiscalização

Já o senador José Agripino (PFL-RN), relator em Plenário, manifestou-se favoravelmente à matéria. Para ele, era uma necessidade urgente a criação de uma legislação no que tange à utilização racional e sustentada das florestas brasileiras.

Para acomodar as mudanças propostas por Mozarildo, a mi-

nistra do Meio Ambiente, Marina Silva, acertou com as lideranças do Senado um acordo, no qual se prevê que o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentará projeto de lei que incorporará essas modificações.

Ao defender a aprovação do PLC 62/05, a senadora Ana Júlia Careca (PT-PA) disse conhecer “pessoas de boa fé” entre os que são contra a proposta, mas que nesse grupo também há grileiros de terras e fazendeiros que se utilizam de trabalho escravo.

Outro parlamentar que apoiou a matéria foi o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ele declarou que “é necessário criar mecanismos para preservar o incalculável patrimônio coletivo que é a floresta amazônica e a qualidade de seus ecossistemas”.

Mas o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), um dos principais críticos da proposta em Plenário, destacou o perigo de aumento da “pirataria” sobre a biodiversidade amazônica e o fato de que o país não tem capacidade para fiscalizar a exploração de florestas.

Concessões maiores serão submetidas ao Congresso

O projeto de lei que permite a exploração sustentável de florestas públicas por empresas privadas – PLC 62/05 – foi aprovado com três emendas. Uma delas prevê que a concessão de terras com mais de 2.500 hectares deverá ser submetida à aprovação do Congresso. As outras duas emendas tratam do Sistema Florestal Brasileiro, órgão que estará subordinado ao Ministério do Meio Ambiente.

O PLC 62/05 instituiu o Plano Anual de Outorga Florestal (Paof), cujo objetivo é a identificação das florestas a serem submetidas à concessão para exploração de produtos e serviços. De acordo com a primeira emenda, o Paof deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares. O Paof também deverá

ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida na Constituição.

A segunda emenda determina que o diretor-geral e os membros do conselho diretor do Sistema Florestal Brasileiro deverão ser nomeados pelo presidente da República – após aprovação pelo Senado.

Já a terceira emenda prevê que o Sistema Florestal Brasileiro, assim como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (que lhe é subordinado), terão suas ações aprovadas por um conselho gestor. Esse conselho será composto por representantes dos ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento; da Agricultura; da Defesa; da Saúde; do Desenvolvimento Agrário; da Integração Nacional; e da Ciência e Tecnologia.

CÉLIO AZEVEDO



ROOSEVELT PINHEIRO



ROOSEVELT PINHEIRO



Opositores ao projeto, Simon (E) e Lando (D) temem privatização da floresta amazônica. Para Mesquita Júnior, expectativa de industrializar a região não foi prevista

Bloco a favor destaca o combate à grilagem

Os parlamentares favoráveis à proposta destacaram a vantagem de regular a questão da exploração da terra, coibindo a grilagem. A senadora Ana Júlia Careca (PT-PA) defendeu a aprovação do projeto argumentando que ele não representaria a privatização da floresta, mas o oposto disso, já que, em sua opinião, a proposta vai coibir o problema da grilagem.

A senadora afirmou que os principais opositores do projeto são os fazendeiros que exploram o trabalho escravo e os grileiros, que não terão privilégios nas concessões.

Já o senador Sibá Machado (PT-AC) argumentou que a proposição pode permitir uma maior fiscalização sobre as empresas que vencerem as licitações. Ele opinou que o projeto “cai como uma luva para a região, já que é uma experiência econômica que respeita a natureza, o trabalhador, a população e a dinâmica local”.

Por sua vez, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que recomendaria o voto favorável da bancada do seu partido desde que a base go-

vernista concordasse com a aprovação de três emendas apresentadas pelo senador José Agripino (PFL-RN), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As alterações são no sentido de exigir que as concessões de áreas maiores do que 2.500 hectares tenham que ser previamente aprovadas pelo Senado, assim como a nomeação dos diretores do Serviço Florestal Brasileiro, e que o comitê gestor seja integrado por vários ministérios ligados à questão amazônica e não apenas pelo Ministério do Meio Ambiente, como prevê o texto aprovado pela Câmara.

Favoráveis ao projeto se manifestaram três senadores. Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que a proposta gera empregos e garante que as florestas serão exploradas com gerenciamento do Estado. Embora acredite que o projeto entrava o desenvolvimento da região, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que votou a favor da matéria. Finalmente, para Valdir Raupp (PMDB-RO), “pior a situação não pode ficar”.

Opositores vêm risco de internacionalização

No dia seguinte à aprovação do projeto de gestão de florestas, o assunto dominou os discursos em Plenário e confirmou a divisão provocada entre os senadores pelo tema. Os parlamentares contrários fizeram um alerta sobre o perigo de, aprovando-se a matéria, haver privatização e internacionalização da Amazônia.

– Esse é um projeto daqueles: na dúvida, voto contra; e a favor da preservação da Amazônia – disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao pedir mais prazo para que o Senado pudesse apreciar a proposta, que, para ele, na prática antecipa a internacionalização da Amazônia.

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) afirmou que o projeto não contempla, de forma nítida, uma expectativa de industrialização da Amazônia, o que manteria a sina de região exportadora de matérias-primas. E citou experiências anteriores de concessão para exploração da Amazônia que prejudicaram o país.

– Julgo o projeto contrário aos interesses nacionais e atentatório ao patrimônio público. A proposta autoriza a entrega a empresas privadas de toda sorte de recursos econômicos, científicos e de biodiversidade.

Amir Lando (PMDB-RO) também advertiu que o projeto pode

ameaçar o domínio territorial brasileiro sobre a região amazônica, pois cerca de 300 milhões de hectares poderiam ser administrados por empresas por até 40 anos.

– Abrimos as portas para a ocupação, agora sob o manto da lei, da nossa Amazônia, que foi preservada até hoje como um dos últimos capítulos da geografia natural.

Lando argumentou que é necessário estabelecer limitações de tamanho nas concessões, para evitar que as terras se concentrem apenas nas mãos de grandes empresas.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) manifestou-se contrária à aprovação do projeto por se tratar da exploração privada de florestas públicas, por meio de concessão renovável de 40 anos. Nesse período, pode haver dez governos distintos, observou ela, e nenhuma garantia de que não ocorra a flexibilização da legislação, permitindo a exploração de 47% das terras devolutas da Amazônia pelo capital estrangeiro.

João Batista Motta (PSDB-ES) disse que a aprovação do projeto tornaria o governo Lula “o mais entreguista de todos”, e consi-

derou o assunto grave demais para que a oposição o aprovasse. Opinou que os brasileiros apenas varrerão o chão das empresas estrangeiras instaladas na Amazônia e que há o risco de que financiamentos externos não pagos acabem dando a posse da terra a grupos estrangeiros.

Wellington Salgado (PMDB-MG) declarou-se contrário à proposta, argumentando que a exploração comercial da floresta

amazônica sofre restrições para que seus produtos não concorram no mercado internacional.

Augusto Botelho (PDT-RR) também se posicionou contra a matéria por ver a in-

tenção de se entregar a exploração da Amazônia a grandes grupos econômicos.

Para o senador Almeida Lima (PMDB-SE), o projeto do governo demonstra que Lula não tem capacidade para administrar o país. Ele ironizou ao sugerir um projeto para terceirizar a administração da Presidência da República.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), contrário à matéria, sustentou que a melhor forma de preservar a Amazônia é permitir o seu manejo por parte da população local.

Domínio do país sobre 300 milhões de hectares estaria ameaçado

PLENÁRIO Senado aprova PEC que altera denominação de Zona Franca para Pólo Industrial de Manaus

Novo nome para uma nova realidade



Há muito, Manaus deixou de ser o paraíso do turismo de compras do país. Nas décadas de 70 e 80, especialmente, a cidade recebia brasileiros interessados sobretudo em produtos eletrônicos mais baratos, isentos dos pesados impostos de importação então cobrados. Para isso, recebiam uma cota para compras, franqueada dos tributos cobrados em outras partes do país.

Foi assim que a Zona Franca de Manaus ficou conhecida no Brasil. Porém, a abertura da economia nacional a partir dos anos 90 mudou a realidade na capital do Amazonas. O turismo de compras acabou e, em seu lugar, floresceu um parque industrial que cresce mais que qualquer outro e já ocupa a terceira posição entre os pólos industriais nacionais. Mas essa nova realidade ainda não é

tão conhecida como a anterior.

Para mudar esse quadro, o Senado aprovou semana passada, por unanimidade, proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04), do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que muda o nome da Zona Franca para Pólo Industrial de Manaus. A Câmara ainda precisa dar seu aval à proposta.

– A percepção inicial, concebida desde 1967, de área de livre comércio e de mera montagem de produtos semi-acabados se cristalizou no imaginário nacional, dando origem a um preconceito que tem, de forma patológica, mantido ofuscados os grandes resultados que essa iniciativa trouxe como política de desenvolvimento regional. De fato, nada mais daquilo existe – afirma a superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso.

Arthur Virgílio espera que, com a mudança de nome, o Brasil reconheça, afinal, que, em Manaus,

o país tem um parque industrial com grande capacidade de agregar valor aos produtos, com forte aporte tecnológico, inclusive com apoio de institutos de pesquisa locais de alto nível e mão-de-obra local treinada e especializada.

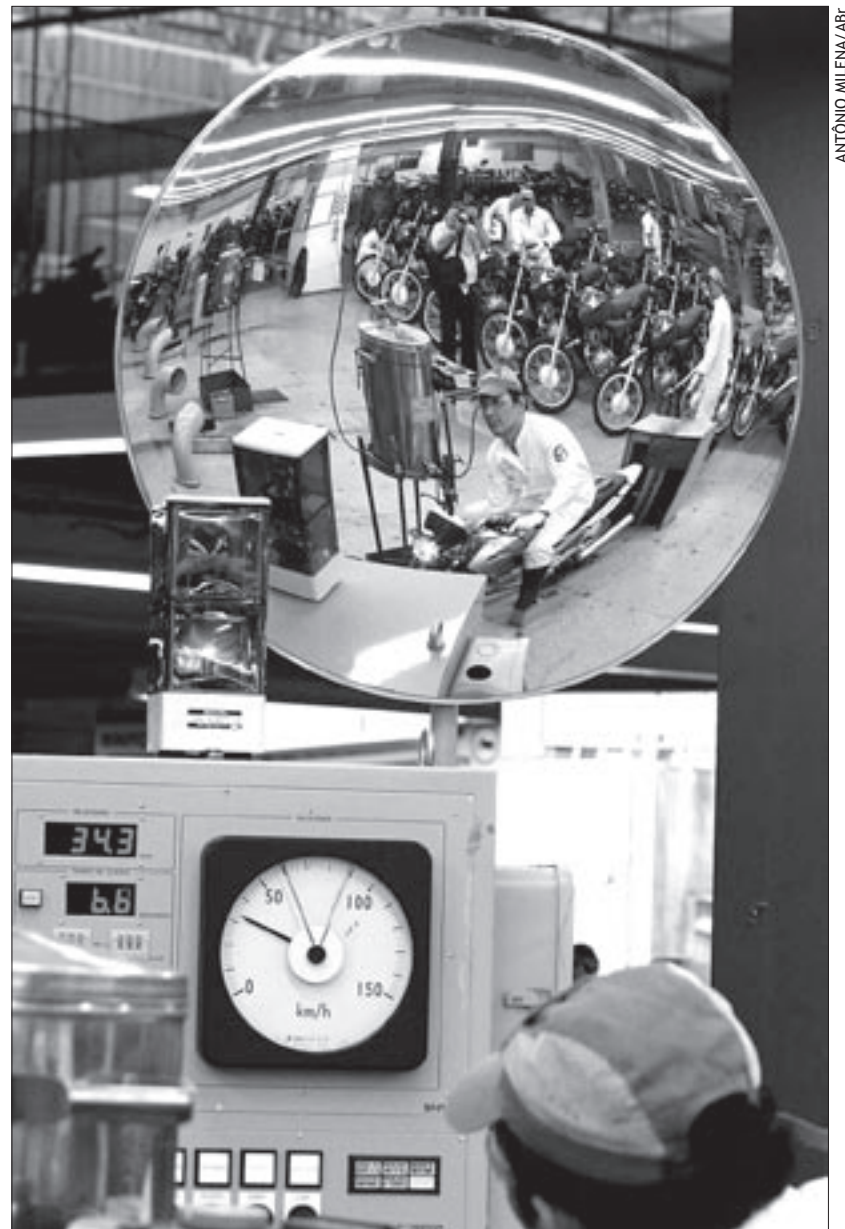
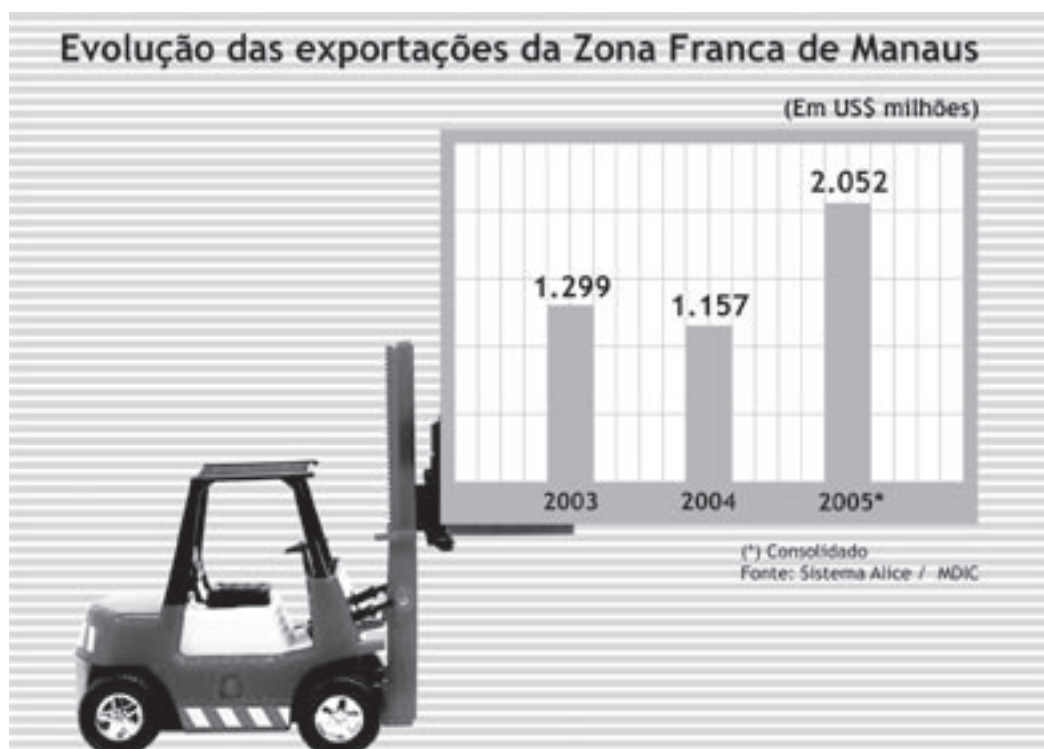
– Ninguém fala “zona franca do automóvel”, mas indústria automobilística brasileira. Hoje, Manaus é um pólo industrial tão sofisticado quanto qualquer um do ABC paulista – assinalou, explicando que, mesmo com a aprovação da PEC, a sigla Suframa continuará a ser usada pelo órgão diretivo do pólo.

Os números [veja quadro abaixo] das indústrias instaladas em Manaus também impressionam: são cerca de 100 mil empregos e, graças a elas, o Amazonas recolhe dois terços dos impostos fe-

derais arrecadados na região Norte.

– Não se trata de uma questão meramente terminológica. Trata-se de adequar o nome ao fato – resume o senador Jefferson Péres (PDT-AM), em defesa da PEC que explicita ainda que os incentivos destinados à região se estendem a 2023.

Ao apoiar a PEC, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) cobrou do governo federal a liberação dos recursos destinados à Suframa. Até agosto de 2005, informou, R\$ 464 milhões deixaram de ser repassados para a superintendência, levando até ao corte de luz em algumas agências no interior.



Fábrica de motocicletas em Manaus: geração de 100 mil empregos e de dois terços de todos os impostos federais recolhidos na região Norte

COOPERATIVAS

Negociação final na quinta-feira

A reunião do grupo de trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado com membros de entidades que representam as cooperativas nacionais e dos ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento manteve a expectativa de acordo para a votação dos projetos de lei que regulamentam o cooperativismo no Brasil.

Nesta quinta-feira, às 9h, os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, reúnem-se no gabinete do presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), para uma discussão final acerca da votação da

proposta, marcada pelo senador para o último dia de convocação extraordinária, 14 de fevereiro.

Dirigido pelo vice-presidente da CRA, senador Flávio Arns (PT-PR), o grupo de trabalho volta a se reunir nesta quarta-feira, quando a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) vai comunicar se abre mão de prerrogativas de

representação do setor. No dia anterior, a entidade realiza reunião com as organizações estaduais para reexaminar os pontos em negociação. Em caso afirmativo, a expectativa é de que o grupo de trabalho aprove documento com sugestões para aperfeiçoamento das propostas em tramitação no Senado.



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária se reúne na quarta para ouvir posição da OCB

Criação de conselho nacional pode ser solução para impasse

Entre as sugestões defendidas pelas demais entidades de cooperativas, está a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo. O formato do órgão, bem como as suas funções, ainda está em detalhamento. Na proposta apresentada pelo secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira, o conselho teria 40% de sua composição formada por representantes de diversos ministérios e os 60% restantes de entidades ligadas ao setor que tenham, pelo menos, 500 afiliadas, em metade dos estados, representando 100 mil cooperados em três ramos do cooperativismo.

O secretário de

Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer, destaca o fato de as cooperativas serem maioria no conselho, em modelo análogo, segundo ele, ao de outros países. Porém, o senador Osmar Dias (PDT-PR), autor do Projeto de Lei 171/99, considera a criação de um conselho com representação do governo como uma tutela disfarçada do Estado sobre as cooperativas, o que afrontaria a Constituição federal.

O relator na matéria na CRA, senador Demostenes Torres (PFL-GO), defende a aprovação integral do PLS 171/99, que estabelece a OCB como órgão oficial do setor, além de ampliar a possibilidade de participação de empresas em cooperativas e de capitalização do setor por meio de “Certificados de Aporte de Capital”. Demostenes sugere o arquivamento dos PLS 428/99 e 605/99, do ex-senador José Fogaça e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), respectivamente.

TECNOLOGIA Hélio Costa diz que mudança beneficiará os 60 milhões de televisores e os 85 milhões de celulares do país

Ministro prevê TV digital democrática



Os 60 milhões de televisores e os 85 milhões de aparelhos celulares do país deverão ter livre acesso às imagens da televisão digital, informou à Comissão

de Educação (CE) o ministro das Comunicações, Hélio Costa, durante audiência pública conjunta com as subcomissões permanentes de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia.

– Queremos que todos os bra-

sileiros que possuam televisor em casa tenham acesso à mesma qualidade que o cidadão de classe A tem com a TV a cabo e via satélite – afirmou.

Hélio Costa também anunciou que a decisão do governo federal em relação ao sistema a ser

adotado no Brasil – americano, europeu ou japonês – deverá ser comunicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta semana.

O ministro assinalou que o comitê encarregado da sistematização dos estudos feitos por mais de mil cientistas e técnicos de cerca de cem instituições de ensino já terminou seu trabalho e os resultados serão oficialmente entregues ao presidente nesta sexta-feira.

Em seu debate com os senadores, Hélio Costa definiu

como essenciais ao sistema brasileiro de TV digital a interatividade, a mobilidade e a portabilidade, demonstrando simpatia pelo padrão japonês. Como observou, o padrão asiático permite que as transmissões possam ser captadas de forma livre pelos aparelhos celulares atuais, acrescidos de um chip especial, ou pelos futuros aparelhos de terceira geração.

O ministro das Comunicações recebeu, no mês passado, repre-

sentantes do padrão americano. Na semana passada, veio ao Brasil o grupo de negociadores europeus. Nesta semana será a vez dos japoneses. Cada grupo traz na bagagem ofertas generosas ao governo brasileiro (*veja matéria nesta página*).

Ele ressaltou que o modelo de TV digital a ser implantado no

Brasil é o de TV aberta. Trata-se, conforme observou, de uma experiência diferente da verificada em todos os outros países em que está sendo implantada

a nova tecnologia. Segundo informou o ministro, o país tomará o cuidado de adotar um sistema que seja compatível com o dos demais países, para não repetir o erro cometido 30 anos atrás, quando o Brasil adotou uma tecnologia de TV (PAL-M) em cores diferente de todo o mundo.

De acordo com Hélio Costa, o processo de mudança para o novo modelo, que deve durar 15 anos, será uma “grande revolução”

Decisão sobre modelo a ser adotado no país deverá sair nesta semana



De acordo com o ministro Hélio Costa, processo de mudança será uma “grande revolução”

Interatividade deve revolucionar a TV brasileira

Combinando as características tradicionais da televisão analógica com algumas das funcionalidades proporcionadas pelo computador pessoal, a TV digital abrirá a possibilidade de a pessoa interagir com o mundo a partir da sua casa, comprando produtos pelo controle remoto ou tendo acesso a serviços e notícias antes exclusivos da Internet.

Com a potencialidade de oferecer um número maior de canais, comunicação bidirecional entre telespectadores e entre emissoras a partir de um canal inte-

Espectador terá acesso a serviços hoje exclusivos da Internet

– e para sempre – as relações entre espectador e TV doméstica.

A tecnologia desenvolvida pelos 20 consórcios de pesquisadores e cientistas brasileiros envolvidos na implantação do sistema de TV digital fará de cada espectador um internauta em potencial. Eles criaram ferramentas revolucionárias. Confira alguns exemplos:

- Acesso à Internet pela TV de sua sala;

- Tmail: envio e recebimento de mensagens em caixa postal de acesso exclusivo pela TV;

- Portal de aplicações interativas que possibilita ao usuário agendar e personalizar a programação, além de expressar sua opinião em tempo real. Essa possibilidade poderá ser usada, por exemplo, durante as votações no Congresso Nacional, quando os parlamentares poderão conhecer a preferência do cidadão-teleespectador.

Implantação do novo sistema agrada senadores

Durante a audiência pública, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que está de acordo com a imediata implantação da TV digital e considerou “essencial” a exigência de mobilidade, para que os telespectadores possam ter acesso às imagens até mesmo em ônibus, trens e automóveis.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ressaltou o caráter de gratuidade dos sinais da televisão digital, para todos os brasileiros, e recomendou a busca de negociações com outros países da América do Sul para a definição do sistema a ser adotado.

Flávio Arns (PT-PR) elogiou o envolvimento de universidades e instituições de pesquisa de todo o Brasil no processo de definição do futuro Sistema

Brasileiro de Televisão Digital.

Roberto Saturnino (PT-RJ) demonstrou preocupação com a participação da indústria nacional no novo sistema. E foi informado pelo ministro de que os receptores fabricados no Brasil poderão ser exportados para qualquer país do mundo, com a simples inserção de um chip de US\$ 8, que seria capaz de “entender” os diversos padrões de televisão digital.

O estado de Roraima, observou Augusto Botelho (PDT-RR), será muito beneficiado pela televisão digital, uma vez que atualmente quem mora em localidades mais afastadas só pode assistir à TV por meio de antenas para-

bólicas. Segundo informou Hélio Costa, os novos transmissores poderão levar imagens até o raio de 80 quilômetros, contra os 10 quilômetros dos transmissores analógicos.

Gratuidade e alcance do sinal foram alguns dos aspectos destacados

Por sua vez, Wellington Salgado (PMDB-MG) manifestou interesse pela possibilidade de ampliação da presença internacional da televisão brasileira, após

a adoção do sistema digital. O ministro afirmou que a multiplicação dos canais disponíveis permitirá grande ampliação do mercado de trabalho no setor. Também participaram da audiência os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e João Ribeiro (PL-TO).



Debate reúne senadores da CE e das subcomissões de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia

TECNOLOGIA Sistema que será utilizado (americano, japonês ou europeu) deverá incorporar tecnologia brasileira

Governo ainda não definiu o padrão



O governo federal anunciou, no ano de 2004, que o país desenvolveria a sua própria tecnologia de TV digital. A partir daí, pesquisadores brasileiros, coordenados pelo instituto de pesquisas CPQD, se debruçaram sobre o projeto. Centenas de instituições se envolveram no trabalho.

Em julho passado, porém, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, anunciou que o Brasil não adotaria um padrão próprio, mas utilizará um dos padrões internacionais (americano, europeu ou japonês) já estabelecidos e incorporará a ele a tecnologia produzida pelos pesquisadores no Brasil. A razão é econômica, não científica: o país só dispõe de R\$ 80 milhões para financiar as pesquisas da TV digital, enquanto o desenvolvimento do padrão norte-americano custou US\$

2,8 bilhões.

Por isso, o governo vai considerar, segundo relatou o ministro em sua visita ao Senado, na semana passada, os três modelos existentes até se tomar uma decisão. O assédio ao governo federal e o lobby na mídia têm se intensificado à medida que se aproxima a data fixada pelo Executivo para anunciar a decisão que vai moldar um mercado que pode movimentar, segundo estimativas, entre US\$ 20 bilhões e US\$ 100 bilhões na próxima década.

Os americanos prometem financiamento de US\$ 300 milhões e a possibilidade de abatimento de 50% dos royalties pagos por aparelho de TV digital, que é de US\$ 4, mediante investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Os

europeus propõem 300 milhões de euros para financiamentos e se comprometem a comprar em produtos brasileiros o equivalente ao investimento feito nos royalties do sistema deles.

Os japoneses estão dispostos a praticamente eliminar os royalties e a incluir em seu padrão o sistema de compressão de vídeo MPEG-4 desenvolvido por universidades brasileiras.

Nem as emissoras de TV aberta são unânimes em relação à escolha do modelo. O

setor vive há anos uma divisão entre duas entidades – de um lado a Abert, com o cacife da Rede Globo; do outro, a Abra, formada pela Bandeirantes, SBT e Rede TV!. Se a primeira já assume a preferência pelo padrão japonês, as demais afirmam que ainda não fizeram sua escolha, embora tenham concordado, em nota oficial, que o sistema asiático seria o único, no momento, a permitir a transmissão de sinais que podem ser captados tanto pela TV como pelo celular.



Ao lado de Luiz Otávio (D) e Flávio Arns, Gerson Camata comanda a audiência pública na CE

Novos aparelhos poderão ficar mais baratos no país

Os futuros aparelhos receptores de TV digital poderão tornar-se até 30% mais baratos do que o atualmente previsto, caso as indústrias possam abrir para o consumidor a opção de contar com um aparelho capaz de receber apenas sinais digitais – e não digitais e analógicos, como os transmitidos atualmente pelas redes de televisão.

A possibilidade foi admitida pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, a partir de questionamento apresentado pelo senador José Jorge (PFL-PE) durante a audiência pública na Comissão de Educação. A

obrigatoriedade de se instalar mesmo nas novas televisões um receptor analógico encareceria os aparelhos em cerca de 30%, segundo informação apresentada pelo ministro.

– Não se pode jogar 30% do preço de um televisor no lixo – sustentou José Jorge.

O acesso à TV digital poderá se dar de duas formas. A primeira será comprar um aparelho que aceite o novo sistema. E aí surge uma confusão ainda comum entre os consumidores potenciais. Nem toda TV de plasma ou de LCD poderá receber diretamente os sinais digitais. E nem todas

Segredo para baixar preço é não instalar receptor analógico

as TVs com entrada para o sistema digital precisam ter alta resolução.

Um aparelho com ou sem alta definição poderá fazer isso. Os primeiros, muito caros, custam hoje pelo menos R\$ 10 mil. Os especialistas acreditam que, em questão de meses após o início das operações comerciais do sistema digital, os aparelhos sem alta definição estarão custando o mesmo que os televisores a cores analógicos atuais.

A segunda opção é comprar os conversores, chamados de set top boxes, que variam de preço conforme o padrão e os recursos

disponíveis. Os set top boxes desenvolvidos devem chegar às lojas a preços que variam entre R\$ 190 e R\$ 500, valor que deverá ser bastante reduzido à medida que eles forem sendo produzidos em larga escala no país.

Hélio Costa previu, no debate com os senadores da CE, que esse preço pode chegar a apenas R\$ 50. Atualmente, os mais baratos são os europeus, porque o sistema daquele continente não comporta a transmissão em HDTV (TV de alta definição).

O ministro explicou que o primeiro passo para a mudança de sistema será a transmissão

digital, simultaneamente à transmissão analógica (ele lembrou que as emissoras de TV brasileiras já estão captando material digitalmente, mas os sons e imagens são transmitidos de forma analógica).

Será necessário, portanto, instalar um conversor para que os aparelhos de TV antigos possam receber informações digitalizadas. Até que toda a população tenha o televisor adequado ou o conversor que faz a adaptação da TV analógica em digital, todas as emissoras serão obrigadas a fazer suas transmissões nas duas formas de sinal.

“Para implantar a TV digital em 2006, precisamos decidir até fevereiro pelo menos o sistema de modulação. As outras ferramentas podem esperar, mas esse sistema precisa de seis a oito meses para o transmissor.”
Hélio Costa, ministro das Comunicações

“A questão tecnológica é superável. O importante é o mercado, é descobrir qual sistema proporcionará o melhor preço para o consumidor.”
Renato Guerreiro, consultor e ex-presidente da Anatel

“Na questão técnica, não há dúvida de que as propostas brasileiras superam os padrões atuais.”
Luciano Leonel Mendes, coordenador do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel)



OS SISTEMAS EXISTENTES

Existem em todo o mundo três sistemas de TV digital - americano, japonês e europeu, concebidos de acordo com as condições de cada mercado-destino.

- RESUMO DOS BENEFÍCIOS**
- Para o governo federal a adesão à tecnologia digital poderá trazer os seguintes benefícios para a sociedade em geral, e para os usuários em particular:
- Democratização do acesso à informação
 - Inclusões digital e social
 - Novos serviços de telecomunicações
 - Integração de sinais digitais de diversas naturezas aos de áudio e vídeo
 - Oferta de conteúdo de programação com diversos sinais simultâneos de imagem, áudio e dados, cuja seleção caberá ao usuário
 - Interatividade do usuário com o conteúdo televisivo
 - Melhor qualidade de áudio e vídeo
 - Crescimento industrial do setor
 - Aumento das exportações
 - Atração de investimentos
 - Reforço na produção de conteúdo nacional
 - Mais espaço para divulgação de conteúdos culturais e educativos
 - Maiores possibilidades de educação a distância
 - Expansão da telefonia e da Internet, gerando mais investimentos e empregos



- ATSC**
O sistema americano privilegia uma televisão com alta definição.
- ISDB**
O sistema japonês, além da alta definição das imagens, tem como característica marcante a mobilidade.
- DVB**
O sistema europeu valoriza a múltipla programação, a interatividade e novos serviços.

MENOS PAPEL Grupo de trabalho apresenta relatório e defende, entre outras medidas, a aprovação do Supersimples

Senadores cobram fim da burocracia



O Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Sistematização do Senado destaca, em seu relatório final, recente estudo do Banco Mundial que situa o Brasil na 119ª posição, entre 155 países, quanto à facilidade para abrir um negócio. O empreendedor brasileiro precisa enfrentar 17 etapas burocráticas para montar uma empresa, processo que demanda, em média, 152 dias. Os integrantes do grupo, senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Delcídio Amaral (PT-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS), acrescentaram que as dificuldades se multiplicam na hora de encerrar um negócio.

Tendo em vista o reduzido prazo previsto para conclusão dos trabalhos e a necessidade de adoção de iniciativas práticas e efetivas, o grupo de trabalho ateve-se num primeiro momento ao estudo mais aprofundado da burocracia existente no processo de formalização de empresas com base em estudos como o do Banco Mundial.

No que diz respeito às sugestões apresentadas, o relatório apóia o envio, pelo Poder Executivo, do anteprojeto de lei que estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de

peças jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, a RedeSim (o projeto já está na Câmara).

O anteprojeto contém medidas importantes para sanar as principais reivindicações de micro e pequenos empresários em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas. Contempla, inclusive, muitos aspectos que integram o anteprojeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (em tramitação na Câmara), bem mais abrangente, por envolver aspectos relacionados ao tratamento tributário favorecido a essas pessoas jurídicas (Supersimples).

Em uma etapa posterior dos trabalhos, destacam os senadores do grupo de trabalho, é importante aprofundar os estudos relacionados ao anteprojeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, bem como os demais itens citados no relatório do Banco Mundial sobre o custo regulatório.

– Em face da alta complexidade dos sistemas atuais, que contribuem enormemente para o aumento da burocracia no país, entendemos como prioritário criar condições políticas e apoiar todos os esforços no sentido de acelerar a aprovação das reformas tributária e trabalhista – conclui o relatório.



Senador Fernando Bezerra, presidente do grupo de trabalho: defesa enfática e urgente das reformas tributária e trabalhista

Grupo de trabalho teve a tarefa de sistematizar as propostas

Em solenidade realizada em 18 de outubro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou o Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas, criado pelo Ato do Presidente 79/05. O senador Fernando Bezerra foi indicado para presidir a comissão. Os demais membros escolhidos foram os senadores Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral, Luiz Otávio e Ramez Tebet.

O grupo teve como objetivo apresentar sugestões de aperfeiçoamentos institucionais e legislativos para eliminar ou reduzir trâmites burocráticos nas relações entre cidadãos, empresas e Estado. Também visava propor medidas para tratamento jurídico diferenciado às pequenas e mi-

croempresas. Para isso, realizaria audiências com especialistas, autoridades e técnicos do governo federal e representantes da sociedade civil.

Na solenidade de instalação, o presidente do Senado ressaltou que “o Brasil – União, estados e municípios – cria 36 normas tributárias por dia”.

– Assim, desde a Constituição de 1988, o país já criou mais de 225 mil normas sobre tributos, taxas e contribuições. Das 36 normas diárias, quatro são da União. Muitas trazem exigências já existentes – observou Renan Calheiros.

Em dezembro, a comissão concluiu o relatório, com análises e sugestões contra a burocracia. Agora a presidência dará encaminhamento a essas idéias.

Haja carimbo!

O Brasil é um dos países onde o processo de abertura de uma empresa é mais demorado. Veja uma comparação feita pelo Banco Mundial em 2005 levando em conta o tempo gasto, em média, com os trâmites burocráticos

País	dias
Austrália	2
Estados Unidos	5
Itália	13
Chile	27
Argentina	32
China	48
México	58
Brasil	152
Moçambique	153
Haiti	203



Acordo pode permitir votação nesta semana

Em razão de um acordo de lideranças, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a retirada da pauta da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Projeto de Lei Complementar 123/04 e outros). O objetivo da lei é melhorar a vida dos pequenos empresários por meio de medidas como redução de impostos, desburocratização para abrir e fechar negócios, desoneração das exportações, facilidades para participar de licitações e redução de encargos trabalhistas. A previsão agora é que a matéria seja votada nesta semana.

O substitutivo que cria a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa está entre os principais itens

da pauta da convocação extraordinária na Câmara. O substitutivo elaborado pelo relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), foi aprovado por unanimidade na comissão criada para analisar os projetos que tratam do tema, no dia 13 de dezembro.

A pressão da sociedade é considerável, como demonstram as levadas de empresários que regularmente comparecem ao Congresso para pedir a aprovação da Lei Geral. Seu pleito é reforçado pelo último levantamento sobre a atividade econômica realizado pelo IBGE, em 2002. O estudo mostra que, das 4,9 milhões de empresas formais que atuam no país, 93,6% são microempresas e

5,6% negócios de pequeno porte. Estima-se que essa fatia do empresariado seja responsável por 20% do PIB nacional.

Os defensores da Lei Geral argumentam ainda que sua aprovação poderá tirar um número muito grande de empresas da informalidade e, com isso, aumentar a arrecadação tributária anual em até R\$ 7,7 bilhões, nas três esferas de poder – União, estados e municípios. O cálculo foi feito por especialistas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apresentado no dia 22 de novembro à Comissão da Microempresa da Câmara dos Deputados.

Lúcia Vânia defende “aprovação urgente”

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu em Plenário que os parlamentares aprovem com urgência a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Caso o projeto não seja aprovado este ano, ressaltou, poderá haver um movimento negativo no setor, que reúne cerca de 3 milhões de micro e pequenas empresas no país.

A senadora observou que a matéria traz como uma das maiores conquistas a instituição do Supersimples, que consolida a cobrança de diversos impostos e facilita a vida das pequenas empresas. Segundo Lúcia Vânia, essa medida proporcionará a abertura de novos postos de trabalho, a desburocratização do setor e mais



Lúcia Vânia registra presença de empresários goianos para pedir aprovação da lei

facilidade para os empreendimentos de menor porte.

Mais de 300 empresários goianos vieram semana passada a Bra-

sília para acompanhar a votação na Câmara, informou a senadora, porém o projeto foi retirado de pauta por acordo de líderes.

Lúcia Vânia afirmou ainda que a Medida Provisória (MP) 275, que atualiza a Lei do Simples, convertida a partir da chamada MP do Bem, deixou muita gente preocupada com seus efeitos, pois ampliou a carga tributária das pequenas empresas. A senadora informou que um estudo do Instituto de Planejamento Tributário aponta que houve aumento de 76,73% da carga tributária das empresas de pequeno porte depois da edição da MP 275, que, segundo ela, “desfigurou o Simples”.

Supersimples deverá englobar nove tributos

O substitutivo que cria a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (englobando o Projeto de Lei Complementar 123/04 e outros) institui o Simples Nacional, apelidado de Supersimples, que substituirá integralmente o Simples Federal. Em vigor no país desde 1996, o Simples atual não tem aplicação obrigatória para estados e municípios, e abrange apenas a simplificação do pagamento de tributos federais para micro e pequenas empresas dos setores de indústria e comércio.

Já o Supersimples valerá para todo o país e deverá unificar nove impostos e contribuições – seis federais (IRPJ, IPI, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e INSS patronal), um estadual (ICMS), um

municipal (ISS) e a contribuição para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Os limites de enquadramento no sistema tributário simplificado serão de até R\$ 240 mil de renda total bruta para a microempresa e de até R\$ 2,4 milhões para a empresa de pequeno porte.

O substitutivo do relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), também prevê que, quando uma empresa for constituída, ela entrará automaticamente no sistema simplificado de tributação. Caso o empresário não queira aderir ao Supersimples, ele terá que manifestar a intenção por ofício ao Cadastro Nacional.

O que diz a Lei Geral

- ▶ Cria um sistema único de tributação ao unificar nove impostos e contribuições;
- ▶ Considera microempresa aquela com receita bruta anual de até R\$ 240 mil;
- ▶ Considera empresa de pequeno porte aquela com receita bruta anual de até R\$ 2,4 milhões;
- ▶ Estabelece a presunção automática de opção pelo Supersimples a partir da inscrição no Cadastro Nacional da Microempresa;
- ▶ Mantém a obrigatoriedade de entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para subsidiar estatísticas sobre mercado de trabalho a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego;
- ▶ Prevê que a redução do recolhimento para o FGTS dos empregados das microempresas será feita mediante acordo ou convenção coletiva;
- ▶ Dispensa as empresas optantes do Supersimples do pagamento do salário-educação;
- ▶ Institui o Comitê Gestor de Tributação, composto por administradores dos governos federal, estaduais e municipais.

ORÇAMENTO Votação ainda na convocação dependeria de acordo entre lideranças e presidentes das duas Casas

Impasse ameaça aprovação até dia 14

Parece cada vez mais difícil encerrar a votação do Orçamento da União até dia 14 próximo, quando termina a convocação extraordinária do Congresso. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) conseguiu acelerar o exame dos relatórios setoriais. Mas só finalizou até agora a votação de dois dos dez pareceres. Quatro foram aprovados sem o exame dos destaques e outros dois, lidos, restando dois para iniciar a tramitação. (Ver quadro abaixo).

Um acordo entre os líderes, envolvendo os presidentes das duas Casas, poderá assegurar a aprovação da proposta ainda na convocação.

Apesar desse prognóstico cada vez mais freqüente entre os integrantes da CMO, o seu presidente, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reitera o objetivo de finalizar os setoriais ainda esta semana. Mestrinho marcou reunião para esta segunda-feira às 19h. "Esta será uma semana

decisiva para o Orçamento", sentencia o relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), que promete elaborar o seu parecer final em somente três dias após o encerramento dos setoriais.

Com poucos recursos para acomodar as pressões – são necessários pelo menos R\$ 7,4 bilhões além dos R\$ 10 bilhões obtidos na primeira reestimativa de receita para atender às demandas classificadas como prioritárias –,

Merss aposta que a oposição acabará ajudando a agilizar a aprovação do Orçamento.

– O PSDB e o PFL perceberam o tiro no pé. Sem Orçamento não há como apressar os convênios, e a maior parte das 5.562 prefeituras está nas mãos da oposição. O PT só comanda 400 prefeituras.

Além do atraso na construção de postos de saúde, escolas e outras obras importantes para os municípios – cerca de R\$ 15 bilhões estão aguardando a lei orçamentária, segundo o Minis-



VALTER CAMPANATO/ABR

Na luta por maior verba para o SUS, representantes de hospitais distribuíram jalecos a parlamentares

tério do Planejamento –, a falta de orçamento está prejudicando principalmente as estatais.

Para não paralisar a máquina

administrativa, o governo já acionou o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que reinstalou a liberação de um

12 avos dos valores orçados na proposta elaborada pelo Executivo para despesas consideradas urgentes e inadiáveis.

Aumentam pressões por mais recursos

Com a escassez de recursos para o atendimento dos pleitos na fase dos pareceres setoriais, aumentou a pressão de grupos sobre o relator-geral. Na última quarta-feira, o deputado Carlito Merss reuniu-se com representantes de hospitais, de servidores e da Polícia Rodoviária Federal e, se atender a todos, precisará de, no mínimo, mais R\$ 5 bilhões para fechar o projeto orçamentário. No dia seguinte, foi a vez da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de ministérios como o Itamaraty.

– É uma pressão de louco. Todo mundo quer mais dinheiro, mas o cobertor é curto – desabafou Carlito Merss.

Conveniados do Sistema Único de Saúde, os hospitais reivindicaram pelo menos mais R\$ 1,4 bilhão para o Ministério da Saúde gastar em procedimentos de média e alta complexidade e com remédios para tratamentos de alto custo. No auge da pressão, durante a discussão do relatório setorial da Saúde na Comissão Mista de Orçamento, os representantes dos hospitais distribuíram jalecos brancos aos deputados e

senadores presentes à reunião.

Diante das queixas da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e da CUT, Merss reafirmou a disposição em garantir reajuste médio de 29% para todas as categorias ao final dos quatro anos do governo Lula. O que deverá exigir mais R\$ 3,6 bilhões além do valor orçado de R\$ 1,5 bilhão.

Alguns pleitos de ministérios precisam necessariamente ser atendidos, segundo o deputado. É o caso do Itamaraty, que, dos R\$ 30 milhões solicitados para confeccionar os novos passaportes – dentro das normas de segurança instituídas após o atentado de 11 de setembro em Nova York –, só obteve R\$ 1,9 milhão. O relator prometeu um acréscimo de R\$ 20 milhões.

Maior pressão deverá vir esta semana, quando serão discutidos os valores e os critérios de repasse para compensar os estados exportadores (Lei Kandir). Os governadores querem cerca de R\$ 10 bilhões para continuar isentando de ICMS as exportações. No ano passado, o governo compensou os estados em R\$ 5,2 bilhões.

Comissão do Salário Mínimo reúne-se com representantes de empresários

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo realizará sua terceira audiência pública nesta terça-feira, a partir das 14h. Depois de ouvir oito entidades sindicais de trabalhadores, na semana passada, agora será a vez das confederações dos empresários. Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), devem comparecer representantes de seis entidades patronais, inclusive da Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Indústrias (Assimpi).

Durante a audiência na comissão, os representantes dos trabalhadores foram unânimes em afirmar que uma política permanente de reajuste do mínimo poderá converter-se em um dos principais instrumentos de distribuição de renda no país. Eles condenaram o argumento que associa a correção do salário ao aumento das despe-

sas da Previdência Social e à falência das prefeituras de pequenos municípios.

As entidades dos trabalhadores também defenderam a antecipação do reajuste de maio para janeiro. Neste ano, o salário mínimo de R\$ 350 será pago em abril, conforme negociação feita entre o governo e as centrais sindicais. Outra proposta defendida pelas centrais sindicais é a que estipula o valor do salário mínimo a partir da variação anual do produto interno bruto (PIB). A sugestão vem sendo avaliada por Paulo Paim.

A quarta audiência pública da comissão já está agendada para o próximo dia 14, com a participação de representantes de quatro entidades de aposentados. No dia 21, o assunto será debatido com pesquisadores do Ipea e do IBGE, e de representantes da área acadêmica.

Seis entidades patronais devem participar de debate, afirma Paulo Paim

VOTAÇÃO DOS RELATÓRIOS SETORIAIS

Área Temática	Relator	Entrega	Votação
Poderes do Estado e Representação	Sen. Lúcia Vânia (PSDB-GO)	23/12	30/01
Justiça e Defesa	Dep. Amauri Gasques (PL-SP)	29/12	
Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA)	17/01	
Agricultura e Desenvolvimento Agrário *	Sen. Romero Jucá (PMDB-RR)	20/12	28/12
Infra-estrutura	Dep. José Priante (PMDB/PA)		
Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte *	Dep. Wasny de Roure (PT/DF)	20/12	19/01
Saúde	Dep. Claudio Cajado (PFL/BA)	27/12	1º/02
Trabalho, Previdência e Assistência Social	Sen. João Ribeiro (PL/TO)	23/12	1º/02
Integração Nacional e Meio Ambiente	Dep. José Chaves (PTB/PE)	18/01	
Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Dep. Nelson Meurer (PP/PR)	21/12	31/01

* pareceres com votação concluída. Fonte: Comissão Mista de Orçamento

Projeto da Super-Receita começa a tramitar no Senado nesta semana

Exemplo de que o Congresso estava certo ao se opor quanto ao uso excessivo de medidas provisórias por parte do governo, o projeto de lei da Super-Receita começa a tramitar no Senado esta semana, depois da votação, pela Câmara, dos destaques ao relatório do deputado Pedro Novais (PMDB-MA). Enviado no dia 29 de novembro passado, o projeto substituiu a MP 258, que caducou em 18 daquele mês, após 120 dias de vigência.

Nem por isso houve prejuízo ao país. Com a adoção de alguns procedimentos burocráticos, inclusive com a nomeação do secretário da Receita Federal para também comandar a arrecadação previdenciária no Ministério da Previdência, o governo acabou comprovando, como atestam muitos parlamentares, que não houve retrocesso que comprometesse a criação da Receita Federal do Brasil por projeto de lei.

O novo texto enviado ao Congresso praticamente absorveu o projeto de lei de conversão aprovado na Câmara. Sob

a batuta de Novais, que relatou a MP 258, ficaram assegurados que os recursos da contribuição sobre a folha irão do Banco Central, que administra a conta do Tesouro, direto para o Fundo do Regime Geral da Previdência.

O governo acabou se convencendo de que deixar expresso em lei o que já faz poderia tranquilizar os parlamentares. Uma das poucas mudanças promovidas por Novais foi reintroduzir a paridade para os aposentados da Receita, que devem receber a mesma gratificação de incremento à fiscalização e arrecadação (Gifa) paga aos funcionários ativos. Ele previa essa paridade no seu relatório sobre a MP 258.

Mas o que promete gerar polêmica, se o Senado retomar a proposta derrubada na Câmara, é a nova renegociação das dívidas das empresas junto ao INSS, já batizada de Refis III. O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), avisou que o presidente Lula não aceita nova anistia fiscal.

COMISSÕES



Previsão é de Azevedo Brito (D), ao lado de Saturnino e Paulo Pinheiro, durante sabatina na CRE

Brasil poderá retomar comércio com Iraque

A embaixada brasileira em Bagdá será reaberta “tão logo quanto possível”, segundo o embaixador designado para o Iraque, Bernardo de Azevedo Brito, cuja indicação foi acolhida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele afirmou que pretende retomar o comércio bilateral, bastante intenso nos anos 70 e 80.

O embaixador deverá – caso sua indicação seja confirmada em Plenário – deslocar-se frequentemente entre Bagdá e a capital da Jordânia, Amã, onde se encontra o Núcleo de Assun-

tos Iraquianos. Assim que as condições de segurança permitirem, disse, voltará a funcionar na capital do Iraque a embaixada que foi fechada durante a Guerra do Golfo, em 1991.

– No momento procura-se compor um governo que deverá incluir os xiitas e os curdos, sem deixar de lado os sunitas. Caso contrário, será uma receita para a continuada situação de instabilidade e insegurança – observou Azevedo Brito.

Conforme o embaixador, existe interesse das duas partes em retomar o comércio, que, a seu ver,

tem “grandes perspectivas”.

Relator da indicação, Pedro Simon (PMDB-RS) considera que Azevedo Brito é o “homem exato para o momento exato”.

Acolhidas indicações para o Catar e o Quênia

A comissão também aprovou pareceres favoráveis às indicações de Paulo Dyrceu Pinheiro para a função de embaixador junto ao Catar e do embaixador brasileiro no Quênia, Antonio José Rezende de Castro, para exercer, cumulativamente, o cargo junto à República de Ruanda.

Ratificado acordo que amplia cooperação

O Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 63/06, que ratifica o texto do acordo de Santa Cruz de la Sierra, assinado em julho de 2004, na Bolívia.

O acordo constitui a Secretaria Geral Ibero-Americana, em

substituição à antiga Secretaria de Cooperação Ibero-Americana. Portugal, Espanha e todos os países latino-americanos compõem a secretaria, que tem a finalidade de ampliar projetos de cooperação cultural, científica, tecnológica, comercial e política.

Os senadores também acolheram o texto da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrado em Paris, em 2003. O acordo conceitua o “patrimônio cultural imaterial”, complementando outro tratado, de 1972.

CAS discute inclusão de pessoas deficientes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou debate sobre a Campanha da Fraternidade de 2006 – organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo tema é Fraternidade e Pessoas com Deficiência – e o acesso dos deficientes ao ProUni. O programa tem por finalidade a concessão de bolsas a estudantes de instituições privadas de educação superior.

Para apresentar a campanha, foram convidados o secretário-geral da CNBB, dom Odilo Pedro Scherer, e o padre Hernani Pinheiro, assessor político da entidade. O lema da campanha “Levanta-te e vem para o meio”, extraído do Evangelho segundo São Marcos (3:3), explicou dom Scherer, refere-se a uma passagem em que Jesus convida uma pessoa com a mão atrofiada para estar no meio daqueles que o ouviam, sinalizando a importância daquela pessoa como ser humano dentro do conceito da ética cristã.

Dom Scherer explicou que



Arns destaca potencial da campanha da CNBB de atrair interesse da sociedade

a campanha visa criar uma cultura de inclusão da pessoa com deficiência, de modo a eliminar preconceitos e dar a ela condições plenas de exercer sua cidadania. A campanha tem a duração de 40 dias, começando na quarta-feira de cinzas e encerrando-se na Páscoa.

Flávio Arns (PT-PR), vice-presidente da CAS, destacou o potencial da campanha de extrapolar as portas da Igreja Católica e atrair o interesse da sociedade. Ele enfatizou que a

inclusão do deficiente requer oportunidades de emprego e renda, lazer, saúde, educação, esporte e convívio social.

Paulo Paim (PT-RS) sugeriu que a CNBB se mobilize pela aprovação do Estatuto da Igualdade da Pessoa com Deficiência, projeto de sua autoria relatado por Arns, que teve a tramitação interrompida.

Senadores querem mudar regra do ProUni

O presidente da CAS, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), informou que, juntamente com Flávio Arns, está em contato com o Ministério da Educação para equacionar problemas no ProUni relativos às vagas para deficientes. Ele mencionou a exigência de que o aluno tenha cursado o segundo grau em escola pública ou tenha recebido bolsa integral em instituição privada. Muitos alunos e famílias que se empenharam para pagar um ou mais anos do 2º grau em escola particular foram prejudicados pela regra.

Nova família de notas de real dificultará falsificação

A criação de uma nova família de notas de real poderá reduzir o risco de falsificação do meio circulante, previu o presidente da Casa da Moeda do Brasil, José dos Santos Barbosa, durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para que isso se concretize, alertou, será necessário investimento público na modernização do parque produtivo da instituição.

Barbosa observou que desde a década de 80, quando o Brasil chegou a competir no mercado internacional pela produção de moedas para outros países, não se realizam investimentos no setor.

– A Casa da Moeda necessita de um aporte de capital para sair da geração dos anos 80 e entrar no século 21 com uma família moderna, tornando a sociedade mais protegida contra falsificações – disse Barbosa na audiência convocada por requerimento de Luiz Otávio (PMDB-PA).

De acordo com o chefe do Departamento do Meio Circulante do Banco Central, João Sidney de Figueiredo Filho, a segunda família de cédulas do real dificultará

o processo de falsificação. Serão usadas cores que dificultarão cópia e os tamanhos das diversas notas serão diferentes, o que, como observou, ajudará também o reconhecimento das cédulas por deficientes visuais.

Enquanto as novas notas não chegam, a recomendação é se prestar mais atenção aos itens de segurança das cédulas.

– Se a sociedade conhecer melhor os elementos de segurança, não vai receber tantas notas falsas – previu o diretor de Administração do Banco Central, João Antonio Fleury Teixeira.

O representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Antonio Araújo dos Santos, informou que a entidade instalará centros de tecnologia nas capitais para fortalecer a luta contra a falsificação.

O defensor público Leonardo Mattar demonstrou preocupação com a possibilidade de cidadãos desavisados responderem a processos por repassarem notas falsas. Preocupação semelhante foi apontada pelo chefe da Divisão da Polícia Federal de Repressão aos Crimes Fazendários, Marcos Aurélio Pereira de Moura.



Durante audiência na CAE, Tuma (entre Barbosa e Fleury) observa que valorização do real é atração para falsificadores

Senadores debatem medidas para enfrentar o problema

Ao abrir a audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a respeito da falsificação de notas de real, Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou a necessidade de se alertar a sociedade a respeito do problema e de ajudar a população a identificar cédulas falsas.

– Atualmente, o real valorizado é uma atração para os falsificadores – afirmou Tuma, que é vice-presidente da CAE.

Gerson Camata (PMDB-ES) procurou saber dos convidados à audiência se o estímulo ao uso de meios eletrônicos de pagamento não poderia reduzir os riscos de se receber uma nota falsa. Provavelmente sim, respondeu o chefe do Departamento do Meio Circulante do Banco Central, João Sidney de Figueiredo Filho. Mas 90% da população ainda prefere usar o dinheiro vivo em suas transações, recordou ele, uma vez

que o uso de cartões está restrito aos que possuem maior poder aquisitivo.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou a preocupação com os brasileiros humildes demonstrada pelo defensor público Leonardo Mattar, para quem deve haver cuidado ao se responsabilizar uma pessoa por repassar, sem saber, notas falsas.

– O cidadão acaba ficando indefeso – observou Azeredo.

A origem das cédulas falsas foi questionada por Mão Santa (PMDB-PI). Em resposta, o diretor de Administração do Banco Central, João Antonio Fleury, disse que a grande maioria das notas falsificadas é produzida no próprio país, em condições que definiu como “primárias”. Ele advertiu, porém, que as falsificações mais sofisticadas são feitas em países vizinhos, onde se produzem também notas falsas de euro e de dólar.

CRISE POLÍTICA Líder do PSDB considera falso documento com supostos beneficiários de caixa dois em 2002

Câmara julga Pedro Corrêa nesta semana

O relatório do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) que recomenda a cassação do mandato do presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), deve ser apreciado pelo Plenário da Câmara nesta semana. A punição ao parlamentar foi aprovada na quarta-feira passada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, por 11 votos a 3.

Corrêa admitiu ter autorizado o assessor do partido, João Cláudio Genu, a receber R\$ 700 mil do PT por meio do empresário Marcos Valério, acusado de operar o esquema do mensalão. De acordo com o parlamentar, o dinheiro foi usado para pagar a defesa do ex-deputado Ronivon Santiago, que sofria processos por compra de votos no Acre. De acordo com o empresário Marcos Valério, no entanto, a quantia doada foi de R\$ 4 milhões.

Os repasses a Corrêa, na opinião do relator, foram feitos de forma "escusa e indecorosa".

– Por infelicidade de presidir o partido à época, ele responde por esse ato. Porque aquiesceu, concordou e esteve à frente dessa negociação – assinalou

Carlos Sampaio.

Mentor afirma que recebeu por pareceres

Em depoimento ao Conselho de Ética na quinta-feira, o deputado José Mentor (PT-SP) reclamou do excesso de perguntas sobre o período em que foi relator da CPI do Banestado. Ele ressaltou que não está sendo acusado por nada relacionado àquela relatoria, mas pelos R\$ 120 mil recebidos do advogado Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério.

Mentor voltou a afirmar que os recursos de Tolentino foram recebidos como pessoa jurídica, em razão de três pareceres jurídicos elaborados por seu escritório de advocacia. Segundo ele, a prova de que não foram para benefício próprio é a existência de notas fiscais e comprovante de recolhimento de impostos.

Nesta quarta-feira, o conselho ouvirá Mário José Salles, Carlos Eduardo Rodrigues e o deputado Mussa Demes (PFL-PI), testemunhas de defesa de outro envolvido no esquema do mensalão, o deputado Váldon Gomes (PP-SP).

Relator diz que repasses a Corrêa foram feitos de forma "indecorosa"

Nesta quarta-feira, o conselho ouvirá Mário José Salles, Carlos Eduardo Rodrigues e o deputado Mussa Demes (PFL-PI), testemunhas de defesa de outro envolvido no esquema do mensalão, o deputado Váldon Gomes (PP-SP).

Renan: Mercadante nada pediu sobre quebra de sigilo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, contestou, na quarta-feira, notícia publicada pela imprensa segundo a qual o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), lhe teria solicitado que não encaminhasse informações sobre quebra de sigilo de pessoas envolvidas com o mensalão ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Renan contestou as informações a pedido do próprio Mercadante, que, inclusive, apontou matéria do jornal *O Globo* desmentindo as denúncias.

– Vossa Excelência não precisa ter com relação a isso nenhuma preocupação e nem seria o caso, pois já demons-

trei sobejamente a esta Casa e ao Brasil a minha isenção – afirmou Renan, atendendo a solicitação de Mercadante.

Uma das notícias, veiculada pela *Folha Online*, diz que o deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), relator do processo contra o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), recebeu a informação de que Mercadante teria pedido à CPI dos Correios para não enviar dados sobre os processos dos deputados José Mentor (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP) e João Paulo Cunha, solicitados pelo Conselho de Ética. O próprio Schirmer, conforme afirmou Mercadante em Plenário, negou ser a fonte da informação.

Virgílio desconfia da "lista de Furnas"



O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse na sexta-feira não acreditar na veracidade da suposta lista de caixa dois de Furnas, que teria beneficiado vários políticos na campanha de 2002. Para o parlamentar, o governo deve manifestar-se logo sobre a questão, por meio de pronunciamento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ou autorizando a Polícia Federal a fazê-lo.

– Peço ao ministro da Justiça que diga, em público, se considera a lista falsa ou não. Ou a lista é verdadeira, e o governo tem muito o que explicar, ou ela é falsa, e os culpados pela falsificação têm de aparecer e ser punidos – afirmou Virgílio.

O senador informou ainda que não acredita na autenticidade da lista porque até agora não apareceram os originais do documento e também porque o primeiro

nome dos beneficiários é o do filho do próprio Dimas Toledo, ex-diretor de Furnas, que está sendo apontado como o suposto chefe do caixa dois da instituição. Além disso, segundo o parlamentar, também é estranho que não haja nenhum político do PT.

– Neste país, atualmente, lista de corrupção que não tem o PT não existe. Isso ainda vai dar, quem sabe, a possibilidade de o feitiço virar contra o feiticeiro – assinalou.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou, em aparte, sua opinião de que cabe ao



Arthur Virgílio cobra posicionamento do ministro da Justiça ou da Polícia Federal sobre denúncia

ministro da Justiça comandar pessoalmente as investigações sobre essa lista. Já João Batista Motta (PSDB-ES) disse que o povo brasileiro não acredita mais no atual governo.

Posição de juiz no caso Encol gera dúvidas

Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriu que o jornal *Correio Braziliense* aprofunde a cobertura do chamado Caso Encol para que se esclareça a posição do juiz federal substituto Cloves Barbosa de Siqueira. Em dezembro ele condenou diretores do Banco do Brasil por "envolvimento em operações de créditos concedidos à construtora". A Encol quebrou em 1999, deixou prédios inacabados e lesou milhares de clientes. O banco emprestara recursos à empresa. O senador observou que a alegação de gestão temerária não pode ser aplicada a uma operação, e sim a todo um período de administração.

Heloísa quer saber mais sobre mensalão

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) sugeriu na quarta-feira, em Plenário, que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios investigue também quais seriam os beneficiários do mensalão.

Da tribuna, a senadora justificou seu apelo afirmando que as investigações da CPI do Mensalão (também conhecida como CPI da Compra de Votos) foram "aniquiladas e soterradas", pois a prorrogação dos trabalhos do colegiado foi impedida "pela promiscuidade entre o Palácio do

Planalto e o Congresso".

Heloísa Helena defendeu os pedidos de quebra de sigilos fiscal, telefônico e bancário dos supostos beneficiários do mensalão, "sejam senadores ou deputados". Ela argumentou que a população brasileira tem o direito de saber os nomes dos beneficiados pelo esquema.

Ao dirigir a palavra aos líderes partidários, Heloísa disse ser essencial que a CPI dos Correios "assuma as prerrogativas de investigação" da CPI do Mensalão.

Para Alberto Silva, CPIs não podem parar o país

Alberto Silva (PMDB-PI) conclamou os brasileiros a "se libertarem das amarras das acusações oriundas das CPIs para perseverar no trabalho". Segundo o senador, o Brasil não pode ficar parado à espera das punições. "Quando as investigações terminarem, elas virão. Enquanto isso, vamos trabalhar", afirmou.

Para ele, há projetos simples e baratos que podem beneficiar as regiões mais carentes, como a interligação dos vários açudes que existem na região do semi-árido.



Heloísa: CPI dos Correios deve assumir prerrogativas da CPI do Mensalão

Heráclito cobra realização de promessas de Wellington Dias

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do governador do Piauí, Wellington Dias, do PT, a realização de promessas feitas durante os três últimos anos do seu governo. Segundo o senador, a maioria das prefeituras passa por dificuldades financeiras e não tem como executar obras de infraestrutura nos locais afetados pela seca, justamente por falta de verbas que o estado deveria repassar aos municípios.

Heráclito ressaltou que está levantando dados para apurar o montante de recursos que o governador empregou em obras e o acusou de fazer afirmações levianas sobre os empreendimentos realizados.

– Talvez cinco quilômetros de estradas aqui e ali. Esse seria o máximo de obras até agora – disse.

Tebet diz não acreditar que governador o tenha atacado

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse na segunda-feira não acreditar que o governador do seu estado, Zeca do PT, tenha feito referências atribuídas a ele em entrevista à imprensa sul-mato-grossense. Tebet disse estranhar que o governador o tivesse chamado de mentiroso, conforme foi publicado, lembrando que mantém com ele "relações de mais absoluta cordialidade".

Zeca do PT teria reagido a uma entrevista que Tebet concedeu a uma emissora de rádio de Cuiabá. O senador relatou que aguardava para ser ouvido pelo radialista enquanto um dos auxiliares do governador era entrevistado. "Ele falou tanto da ajuda que o governo federal estaria dando para Mato Grosso do Sul que me assustei", recordou Tebet.

Mercadante culpa governo de São Paulo por baixo crescimento

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), culpou o governo estadual pelo baixo crescimento econômico do estado de São Paulo. Segundo Mercadante, o estado, que ocupa 3% do território nacional, detém um terço do produto interno bruto (PIB) e 43% da produção industrial, vem crescendo em níveis abaixo da média nacional, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Mercadante apontou a falta de instrumentos regionais de desenvolvimento nas microrregiões administrativas e de instrumentos para diminuir a concentração industrial na Grande São Paulo como fatores responsáveis pelo baixo crescimento.

CRISE POLÍTICA Texto do relator aponta crimes cometidos na renovação do contrato entre a Caixa e a multinacional

Aprovado relatório sobre caso GTech



Por unanimidade, os senadores aprovaram na última terça-feira o relatório parcial da CPI dos Bingos, de autoria do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que aponta supostos crimes e contravenções cometidos por 34 pessoas e três empresas, no caso da renovação do contrato da Caixa Econômica Federal com a multinacional GTech.

O relatório sugere ao Ministério Público que tome providências,

até mesmo com indiciamentos, se necessário. No documento são apontados o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, os ex-presidentes Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai, e dirigentes da GTech, que desde 1997 é responsável pelo processamento lotérico federal.

Também são citados ex-pessoagens da "República de Ribeirão Preto", entre eles Rogério Buratti, ex-assessor do então prefeito Antonio Palocci; Vladimir Poleto, ex-assessor de Ralf Barquete, quando secretário em Ribeirão; e Ademirson Ariovaldo, que há 18 anos acompanha Palocci.

O relatório foi aprovado sem

que fossem colocadas em votação as emendas apresentadas. Uma delas, do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), pedia o indiciamento de Antonio Palocci. Outras retiravam do texto os nomes de Mattoso e dos ex-presidentes da CEF durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu a retirada de Mattoso, e Antero pediu a retirada de Cutolo e Carazzai.

Muitos dos citados estão diretamente ligados ao ministro Palocci, por isso não há como dizer que ele não está envolvido – afirmou Antero.

O fato de o Supremo Tribunal Federal ter impedido por liminar a quebra de sigilo do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, levou os senadores da oposição a retirarem emendas que propunham a exclusão de nomes.

Diante disso, o PSDB abre mão das emendas e vota com o relator, pelo indiciamento – disse o líder tucano, Arthur Virgílio (AM), acompanhado pelo líder do PFL, José Agripino (RN).

Presidente da CPI, Efraim Moraes (PFL-PB) disse que ainda não há data definida para a votação das emendas que poderão até mesmo serem apreciadas quando

da análise e votação do relatório final. Efraim refutou qualquer possibilidade de "acordão" entre os senadores.

Espero que no final desse trabalho não se faça mais uma pizza no Senado e que amanhã não se queira mais salvar cicrano ou fulano desse ou de governos passados – concluiu.

No relatório, Garibaldi sugere a extinção, por definitivo, a partir de 14 de maio, o contrato entre a Caixa e a GTech.

Tanto a Caixa quanto a GTech divulgaram notas em que negam as irregularidades nos contratos.

Principais nomes da lista dos indiciáveis

Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro da Fazenda. Suspeita-se que tenha participado de esquemas de tráfico de influência no contrato da Caixa com a GTech. Trocou 3.681 ligações com Rogério Buratti, Ralf Barquete e Vladimir Poleto no período de janeiro



de 2003 a março de 2004. Disse que só ligava para os amigos para conversar sobre questões pessoais. Citado no relatório por formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente da GTech Brasil. Disse em depoimento à CPI que Waldomiro Diniz e Rogério Buratti tentaram extorquir a empresa em 2003, durante as negociações com a Caixa para renovação do contrato. Citado no relatório por corrupção ativa, lavagem de dinheiro, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.



Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, empresário de jogos lotéricos, autor das gravações das fitas contra Waldomiro Diniz. Teria intermediado o contato de Waldomiro com a GTech. À CPI disse que fez intermediação por temor represália de Waldomiro Diniz, que estava na Casa Civil. Manteve negócios lotéricos em vários

estados. É citado por tráfico de influência, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

Emílio Carazzai, presidente da Caixa entre janeiro de 1999 a abril de 2002. Disse na CPI que a Caixa enfrentou problemas



com a GTech quando tentaram introduzir novos serviços, mas afirmou que o contrato

com a multinacional cumpriu integralmente seu objetivo, tendo sido vantajoso para o banco. Citado por crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa.

Enrico Gianelli, advogado do escritório que prestava serviços à GTech. Teria sido o primeiro intermediário no contato de Rogério Buratti com a GTech. Também teria feito a indicação de Walter Santos Neto à GTech, apontado como laranja que recebeu a propina. É citado por tráfico de influência, lavagem de dinheiro, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.



Jorge Mattoso, presidente da Caixa desde 2003, atuou na renovação do contrato com

a GTech pela nova diretoria da empresa pública, formada em janeiro daquele ano. Disse à CPI que a renovação foi a melhor realizada entre as duas empresas em vista de terem obtido abatimento de 15% no contrato, a liberação definitiva dos correspondentes bancários, e transferência de informações. Citado por crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa.

Marcelo Rovai, ex-diretor da GTech Brasil. Foi um dos ativos negociadores da renovação do contrato da GTech com a Caixa. Acusa Waldomiro Diniz e Rogério Buratti de terem tentado extorquir a empresa em 2003, durante as negociações com a Caixa para renovação do contrato. Buratti o acusa de oferecer propina. Citado por

corrupção ativa e crime contra o procedimento licitatório.

Rogério Buratti, advogado, ex-secretário de governo de Antonio Palocci quando prefeito de Ribeirão Preto, é acusado pelos dirigentes da GTech de ter pedido propina, de até R\$ 15 milhões, para facilitar a renovação do contrato com a Caixa. Disse que recebeu oferta de propina da GTech que deveria ser encaminhada ao ministro da Fazenda, Palocci. Envolvido em outros escândalos,



é citado por formação de quadrilha, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, crime contra a ordem tributária, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

Sérgio Cutolo, presidente da Caixa entre fevereiro de 1995 a janeiro de 1999. Atuou quando da contratação da Racimec, vencedora de licitação em 1997, pela Caixa. Disse que por três vezes o Consórcio Racimec consultou a Caixa sobre a possível cisão da



empresa. Somente na terceira vez, com a apresentação de mudança operacional e corporativa da empresa,

foi aceita a participação da GTech, que substituiu a Racimec. Citado por crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa.

Vladimir Poleto, também ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Palocci, foi identificado nas escutas realizadas, por iniciativa do Ministério Público de São Paulo, no telefone de Rogério Buratti. Suspeita-se que os dois promoveram tráfico de influência para beneficiar grupos

Cronologia dos fatos

O relatório parcial da CPI dos Bingos, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foi mantido integralmente. Veja a cronologia dos fatos apontados no documento que pede o indiciamento de 34 pessoas e de três empresas em crimes e contravenções relacionados à renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a GTech.



- 1) Primeira irregularidade: contratação da Racimec pela Caixa, em 1993, sem licitação, para a implantação de sistema piloto do modelo *on-line real time* de loteria.
- 2) A concorrência foi direcionada para a vitória do consórcio liderado pela Racimec, que, em 1997, já era sócia da GTech.
- 3) Em janeiro de 1997 foi assinado contrato da Caixa com a Racimec, gradativamente substituída pela GTech Brasil.
- 4) Foram incluídos no contrato de 1997, e depois no de 2000, serviços não-lotéricos, não previstos no edital e sem licitação.
- 5) Em 2001, a GTech consegue embargar na Justiça as licitações da Caixa que visavam fracionar os serviços lotéricos.
- 6) Termo aditivo assinado em 8 de abril de 2003 renovou o contrato de R\$ 650 milhões por mais 25 meses. A GTech reduziu as tarifas em 15%, mas meses depois houve aumento do valor dos jogos.
- 7) Em fevereiro de 2003, inicia-se uma série de negociações entre a GTech e personagens como Carlos Ramos, Waldomiro Diniz, Ralf Barquete, Enrico Gianelli e Rogério Buratti, com oferta de propina e extorsão.
- 8) Para o relator, os depoimentos e a análise de documentos demonstram o pagamento de propina pela GTech para conseguir renovar contrato com a Caixa.
- 9) TCU aponta prejuízo da Caixa de mais de R\$ 555 milhões em favor da GTech no período de janeiro de 1997 a julho de 2004. Caixa contesta valores.
- 10) Em maio de 2005, a Caixa iniciou o processo de internalização do canal lotérico. O processo está previsto para terminar em maio próximo, quando do fim do contrato com a GTech, que não poderá mais ser renovado.

empresariais. Negou fazer tráfico de influência. Citado por formação de quadrilha, falsidade ideológica, tráfico de influência, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil na gestão José Dirceu, é acusado de ter intermediado



a renovação do contrato da Caixa com a GTech. Os dirigentes da GTech o acusam de forçar a contratação de um consultor, supostamente Buratti, para que as negociações tivessem sucesso. Afirmou que foi procurado por Carlinhos Cachoeira e pela GTech,

para intermediação nas negociações. Foi exonerado da Casa Civil após divulgação de fita em que aparecia pedindo propina para Cachoeira. Citado por corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

Walter Santos Neto, advogado que atuou para a GTech e recebeu R\$ 5 milhões por apenas um trabalho. A suspeita é de que tenha participado como "laranja" na distribuição de recursos ilícitos obtidos na renovação do contrato da GTech com a Caixa. Disse à CPI que não tem controle de suas contas, o que justificaria não ter patrimônio mesmo após ter recebido tanto dinheiro. É citado por lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária.

CRISE POLÍTICA Integrantes da CPI dos Bingos tratam com presidente do STF da concessão de liminares

CPI busca entendimento com Jobim



O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) reúnem-se nesta terça-feira com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, para discutir sobre liminares concedidas pelo órgão contra as quebras de sigilos solicitadas pelos parlamentares.

Na última semana, duas liminares assinadas pelo próprio presidente do STF impediram a quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e do empresário Roberto Carlos Kurzweil, que deverá depor à comissão nesta terça-feira.

Nos dois casos, Jobim assinou que não houve comprovação de fato relacionado à CPI que justificasse as quebras de sigilo. Com relação a Okamoto, Jobim não solicitou dados complemen-

tares, diferentemente do que ocorreu com Kurzweil.

No caso do empresário, uma falha da assessoria da CPI impediu que fossem fornecidas ao STF informações complementares.

– Vamos levar ao presidente do STF os documentos necessários e pedir maior colaboração da Justiça – destacou o presidente da CPI.

Senador: liminares atrasam investigação

Efraim disse não acreditar que haja interferência política nas decisões de Jobim, já cotado para compor a Vice-Presidência em chapa a ser possivelmente encabeçada pelo presidente Lula. Destacou ainda que os impasses jurídicos atrasam o andamento das investigações.

– Se não tivermos tempo suficiente para terminarmos os trabalhos até 25 de abril, teremos de prorrogar a CPI, porque não vamos encerrar as atividades sem um relatório transparente e real – assinalou Efraim.

Diante do impasse sobre suposta interferência do STF nas



Na reunião da CPI, Tião Viana (E) conversa com Efraim, diante de Magno Malta, Zambiasi e Garibaldi

decisões do Parlamento, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) que torne obrigatória a decisão pelo Plenário do Supremo quando a questão for referente a pedidos de mandados de segurança, ações civis públicas ou ações populares que suscitem liminares relacionadas a atos privativos do Legislativo.

Senadores se irritam com veto a quebra de sigilos

A decisão do STF de suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, irritou boa parte dos senadores da CPI dos Bingos. Especialmente pelo fato de o advogado de Okamoto, Marcos Augusto Perez, ter declarado que “a comissão quer fazer circo” e que também estaria praticando abuso de autoridade.

Segundo o presidente do STF, Nelson Jobim, o requerimento da CPI para a quebra de sigilos “fundamenta-se em notícias veiculadas em matérias jornalísticas, sem sequer indicar um fato concreto que delimite o período de abrangência dessa medida extraordinária”.

– O pedido foi feito com base no depoimento dele à CPI e não no que diz o noticiário – expli-

cou o autor do requerimento, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que apresentou novo pedido para a quebra de sigilos, ainda não votado.

Para o líder do PFL, José Agripino (RN), “está mais do que comprovado o tráfico de influência coordenado por Okamoto”. O senador fez remissões ao depoimento do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau, que assegurou que Okamoto recolhia recursos junto a empresas prestadoras de serviços nas prefeituras.

– É estranho que um homem público tenha medo da quebra de sigilo – expôs o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que requereu a convocação do presidente do Sebrae, garantiu que não há dúvidas so-



Para Jobim, o requerimento da CPI para a quebra de sigilos só encontra base na imprensa

bre Okamoto ser “o homem da caixa do presidente Lula”.

Quando a afirmações do advogado de Okamoto, o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, disse que iria oficiar à Ordem dos Advogados do Brasil pela “sua conduta, que não condiz com o respeito dado pela comissão aos que depõem”.

Liminar protegeu empresário

Mesmo sem conseguir a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do empresário Roberto Carlos Kurzweil, a CPI dos Bingos irá ouvi-lo nesta terça-feira. Apontado como sócio de empresários de casas de bingos e estar envolvido no episódio do dinheiro de Cuba, que supostamente teria sido doado à campanha do PT, Kurzweil conseguiu não depor no fim do ano passado, alegando problemas de saúde.

O empresário foi citado pela revista *Veja* como sendo o dono da locadora que forneceu um automóvel Omega preto blindado para Ralf Barquete, ex-secretário de Fazenda de Ribeirão Preto (SP) na gestão Antonio Palocci, e seu ex-assessor Vladimir Poletto, para transportar dólares de Campinas para São Paulo. Kurzweil já teria confirmado que alugou o carro e que cedeu os serviços de seu ex-motorista Éder Augusto Macedo - atual motorista do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Ao depor à CPI, Éder negou saber da existência dos dólares,

mas afirmou ter transportado Barquete e Poletto. Também em depoimento à CPI, o advogado Rogério Buratti disse que ficou sabendo que Kurzweil teria sido o arrecadador de R\$ 1 milhão doado à campanha presidencial do PT por empresário de jogos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Poletto confirmou ainda que Kurzweil teria estado uma vez em sua casa de negócios em Brasília, investigada por ser um possível local de reuniões relacionadas a tráfico de influências.

Magno Malta (PL-ES) lembrou que Kurzweil tem como sócios José Paulo Figueiredo e José Cruz Vadinho, do ramo de jogos.

– Não há como dizer que ele não tem nada a ver com bingos porque ele era ligado a “bingueiros” – assegurou Malta, autor do requerimento de criação da Comissão parlamentar de inquérito.

Nesta terça-feira, a CPI ouvirá Carlos Roberto Martins, dono de casa de bingo em Goiânia e ex-bicheiro, e Messias Antônio Ribeiro Neto, bicheiro e ex-sócio de Carlinhos Cachoeira.

Decisão de Jobim recebe apoio da base

Tião Viana (PT-AC) pediu prudência aos parlamentares nas críticas dirigidas ao presidente do STF, Nelson Jobim, pela concessão de liminar que suspende a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, requerida pela CPI dos Bingos. O senador ressaltou que o caso envolve relações institucionais, daí ser necessária a devida cautela para evitar a “vulgarização” da autoridade do sistema judicial. Tião Viana lembrou a história de Jobim e leu em Plenário seu discurso de posse como ministro do STF. Dentre as frases proferidas por Jobim, o senador destacou a que afirma que o Poder Judiciário não é maior ou menor do que os outros Poderes e que a “decisão judiciária não pode ser produzida fora dos conteúdos da lei”.

Ao registrar a realização da cerimônia

de abertura do Ano Judiciário de 2006, ocorrida na quarta-feira no STF, em que discursaram os presidentes dos Três Poderes da República, Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou a fala de Jobim, em que este afirmou que o Supremo “não se curva a pressões externas”. A senadora manifestou a convicção de que a concessão

Conciliação entre Poderes é prática política brasileira, afirma Sarney

de liminares por Jobim foi “absolutamente correta e constitucional”. Para ela, a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário de Okamoto não tem suporte legal, uma vez que a CPI dos Bingos tem outro fato determinado.

O senador José Sarney (PMDB-AP) requereu a transcrição nos Anais do Senado do discurso de Jobim na abertura dos trabalhos do Judiciário. Sarney defendeu a conciliação entre os Poderes, ressaltando que essa é uma prática tradicional na política brasileira, “anterior à

República”.

– Na história da Inglaterra, as instituições são feitas para garantir a segurança da corte – frisou o parlamentar.

Sarney salientou que, no Brasil, o Legislativo (Senado) é quem julga os juízes e o STF é quem julga os parlamentares, o que “pressupõe a inexistência de conflitos por competências”.

Magno Malta (PL-ES) disse concordar com a concessão da liminar do Supremo ao presidente do Sebrae. A seu ver, quebra de sigilo só se justificaria com provas documentais da CPI relacionando o suspeito com o fato determinado que a comissão investiga.

– Não tenho nenhuma relação com Okamoto; nem sei quem é, mas, para que a CPI possa quebrar seu sigilo, é neces-



Ideli Salvatti elogiou decisão de Nelson Jobim de impedir a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Okamoto

sário que existam documentos ligando-o ao fato determinado para o qual a CPI foi criada. Senão, é ilação – assinalou.

O senador sugeriu ainda que o presidente da CPI, Efraim Morais, e o relator, Garibaldi Alves Filho, visitem o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, para chegarem a um consenso sobre o critério da concessão dessas liminares.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) observou que Okamoto é investigado pela CPI e prestou depoimento na comissão, o que gerou uma série de dúvidas que teriam motivado o pedido da quebra de sigilo.

CRISE POLÍTICA CPI dos Correios aprovou 70 requerimentos de transferência de sigilos e novas convocações

“Jogo de empurra” entre fundos e corretoras



Tanto os representantes das corretoras Laeta e Euro quanto o consultor do Fundo de Pensão dos Funcionários Públicos Federais (Geap) ouvidos pela CPI dos Correios na última semana rejeitaram as denúncias apresentadas pelo sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). O parlamentar rastreou investimentos, por meio de corretoras, em que houve perdas para o fundo em benefício das corretoras ou de terceiros. A CPI quer saber se há vínculo entre o prejuízo do fundo e esquemas de corrupção partidários.

O sócio-proprietário da Laeta, Cezar Sassoun, culpou os gestores da previdência complementar das estatais sobre qualquer prejuízo nas operações.

– A Laeta é só uma corretora. Não participa da tomada de decisões. A responsabilidade é dos gestores, que nos deram as ordens para realizar as

operações. Não se pode concluir que nós ganhamos ou que os fundos perderam – alegou.

O mesmo argumento também foi utilizado por Jorge Chrispim, responsável pelos investimentos da Euro. Segundo ele, o tipo de transação que a Euro realizou com os fundos de pensão é corriqueiro no mercado e a própria corretora chegou a ter prejuízo em algumas operações.

A Euro negociava títulos com o fundo de pensão Prece, ligado à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) que, de acordo com a CPI, foi o fundo que acumulou maior perda nesse tipo de operação. Os dados sobre o fundo não puderam ser discutidos por conta de uma liminar do Supremo Tribunal Federal, e foram tratados em reunião fechada.

Deputado não acredita na idoneidade dos envolvidos

Para o deputado ACM Neto, os fundos e as corretoras adotaram como estratégia um “jogo de empurra”, em que um culpa o outro pelas irregula-

ridades. Ele frisou ainda que não está convencido da idoneidade de nenhum dos lados, e não deve poupar os gestores dos fundos de pensão na hora de atribuir responsabilidades.

– É um indício de que os fundos de pensão têm uma estrutura precária de controle da aplicação dos seus recursos – afirmou o deputado, diante do depoimento do consultor da Geap, Cesar Buzin. De acordo com o consultor, nenhuma auditoria interna do órgão identificou irregularidades nas aplicações financeiras dos últimos cinco anos.

Buzin se disse surpreso diante de um levantamento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que apontava prejuízos na carteira de investimentos da Geap quando a instituição aparecia como compradora ou vendedora de títulos públicos negociados por corretoras.

– Com base nesse material, a Geap vai pedir explicações aos gestores e, se constatada qualquer irregularidade, tomar as providências cabíveis – afirmou César Buzin.



Para Chrispim, da Euro, “operações com fundos são corriqueiras” e corretoras também têm prejuízos



Para Cezar Sassoun, dono da Laeta, a culpa é dos gestores de previdência complementar das estatais

Comissão aprova mais quebras de sigilos e novas convocações

A CPI dos Correios aprovou, em reunião administrativa na quinta-feira, 10 requerimentos de transferência dos sigilos bancário e fiscal de empresas ligadas às investigações da Sub-Relatoria de Contratos. Além disso, aprovou a abertura dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de outras sete pessoas ligadas à Skymaster, como o advogado Marcus Valérius Pinto de Macedo.

A Skymaster é acusada de superfaturar contratos firmados com os Correios e de enviar recursos ilegalmente para o exterior. Ela teria causado um prejuízo de R\$ 64 milhões à estatal. Também é acusada de fazer licitações forjadas em con-

luio com outra transportadora, a Beta (Brazilian Express Transportes Aéreos). Foi aprovada a convocação de funcionários ligados às duas empresas.

Os parlamentares aprovaram ainda mais de 60 requerimentos, entre eles os registros de reuniões ocorridas no Palácio do Planalto com representantes do BMG e com o empresário Marcos Valério. Também pediram informações ao Banco do Brasil sobre a Visanet.

Foi acolhida ainda a convocação de mais pessoas ligadas às investigações da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, como Jorge Luiz de Oliveira, ex-diretor de Investimentos do Serpros (fundo do Serpro).

Movimentações de sete pessoas ligadas à Skymaster serão investigadas

Bônus-Banval e Guaranhuns mantêm versão

Em depoimento à CPI dos Correios, o dono da corretora Bônus-Banval, Breno Fischberg, reforçou os esclarecimentos apresentados aos parlamentares pelo seu sócio, Enivaldo Quadrado, ao mesmo tempo em que o dono da Guaranhuns, José Carlos Batista, repetiu o discurso feito à CPI do Mensalão no ano passado.

As duas corretoras têm operações financeiras com fundos de pensão sob suspeita da CPI dos Correios e intermediaram o re-

passo de recursos do valerioduto para o PL e o PP.

Fischberg e Batista negaram participação em qualquer esquema de desvios com operações de títulos para fundos de pensão. Os dois também rejeitaram as perdas apresentadas no relatório do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Quando esteve no Congresso, o doleiro Toninho da Barcelona denunciou que a Bônus-Banval comprava títulos dos fundos de

pensão e revendia para os mesmos com deságio. O lucro apropriado, denunciou Barcelona, ia para o caixa dos partidos em esquema similar ao do valerioduto. Fischberg negou tal esquema.

Entretanto, José Carlos Batista silenciou diante de perguntas dos parlamentares por estar na condição de investigado. Ele negou ser “laranja” do operador de mercado Lúcio Funaro, como foi cogitado pelos parlamentares desde que seu nome surgiu no escândalo.

Ex-funcionário dos Correios fala à CPI, mas não convence

Ex-funcionário dos Correios indicado pelo deputado cassado Roberto Jefferson, Waldemir Freire Cardoso negou à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios que participasse de irregularidades nos contratos da estatal.

Waldemir admitiu que, quando estava nos Correios, foi o responsável pelo retorno de Maurício

Marinho – o ex-funcionário flagrado recebendo propina –, mas assegura que a medida seguiu critérios técnicos.

Os parlamentares acreditam que Waldemir é um vínculo entre Marinho e Jefferson e, para o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), deve ter seu sigilo quebrado pela CPI dos Correios.

A sub-relatoria ouviu ainda o gestor da área de tecnologia dos Correios, Mauro Castro de Souza, que tratou do contrato da empresa Politec com a estatal. A CPI investiga a construção de uma sala-cofre na sede da Politec, com recurso previsto no contrato, que daria vantagem à empresa na renovação com os Correios.

Sindicalista defende melhor rastreamento de contas

A maior dificuldade do Banco Central na identificação de crimes financeiros, de acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, David Falcão, é a falta de um sistema para o rastreamento de contas. Se houvesse essa iniciativa, disse, a movimentação financeira de Marcos Valério teria levantado suspeita das autoridades. O dirigente falou à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios sobre a fiscalização financeira do BC. Falcão ressaltou que há hoje mais de 150 milhões de contas no país, sendo difícil para o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) apontar o que é lícito ou ilícito. Ele apoiou a criação do Cadastro Nacional de Correntistas, medida também defendida pelo analista do Banco Central Paulo Eduardo de Freitas.

Procurador quer fiscalização eficiente de contas públicas

Para o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Paraná, Laerzio Chiesorin Júnior, mudar a Lei das Licitações não é suficiente para acabar com as fraudes. É preciso dar rapidez na fiscalização das contas públicas, disse, processo que leva cerca de dois anos. – As licitações serão melhores na medida em que conseguirmos agilidade na apuração – defendeu. No depoimento à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, Chiesorin defendeu uma atuação mais incisiva do Legislativo na fiscalização do Executivo e das auditorias internas dos órgãos públicos, que devem trabalhar articulados com os tribunais de contas e com o Ministério Público. – Há um certo descontrole a serviço da corrupção – criticou o procurador.

CPI ouve sugestões para combater a corrupção

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, ouviu do presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, ministro Fernando Neves, e do presidente da organização não-governamental Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, duas sugestões para o combate à corrupção no Brasil: a diminuição do número de cargos de nomeação política e o aumento da transparência das ações do governo. – A liberdade de nomeação, no caso dos Correios, mostra a gênese da corrupção – avaliou Abramo. Segundo ele, o modelo gera esquemas de “toma lá, dá cá”, ativos mesmo com mudanças de governo. A diminuição do número de cargos políticos, que atualmente somam cerca de 22 mil, deveria ser acompanhada por clareza nos critérios de nomeação, defendeu Neves.

CRISE POLÍTICA Parlamentares aguardam perícia em suposta lista e resultados da viagem aos Estados Unidos

Decisão sobre Duda e Toledo será tomada esta semana



A decisão da CPI dos Correios sobre a reconvocação do publicitário Duda Mendonça e do ex-dirigente de Furnas Centrais Elétricas Dimas Toledo foi adiada para esta semana em decorrência do surgimento de dois fatos novos: a investigação da Polícia Federal (PF) sobre uma suposta lista com 156 políticos beneficiados com caixa dois arrecadado por meio da estatal nas eleições de 2002 e a confissão do deputado cassado Roberto Jefferson de ter recebido R\$ 75 mil do esquema, do qual teriam participado, segundo ele, vários políticos, entre os quais estariam os sub-relatores da CPI, deputados Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Ainda não foi concluída a perícia da PF sobre a autenticidade da lista, que é apenas uma cópia do original. Mesmo assim, o

presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), adiantou que vai pedir aos relatores que marquem o depoimento do lobista mineiro Nilton Monteiro, que teria fornecido a lista de Furnas à Polícia Federal.

Os parlamentares também querem esperar os resultados da viagem da comitiva da CPI aos Estados Unidos antes de decidir por um novo depoimento de Duda. Quando esteve na comissão, em agosto, ele assumiu ter recebido R\$ 10,5 milhões ilegalmente como pagamento de dívidas de campanhas petistas.

Cogita-se que um novo depoimento do publicitário à CPI dos Correios possa ter um potencial explosivo, já que ele fez campanhas de políticos dos mais diversos partidos e pode trazer novas denúncias de financiamento ilícito de campanhas. Com o surgimento de novas denúncias, Duda Mendonça retornou à PF na última quinta-feira, para novo depoimento.

Roberto Jefferson confessa ter recebido R\$ 75 mil

O deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ) afirmou à Polícia Federal na última semana que considera autêntica uma lista de supostos beneficiários de esquema de desvio de dinheiro na estatal Furnas. A lista tem circulado na Internet e, segundo o deputado, teria abastecido campanhas eleitorais em 2002. O próprio Roberto Jefferson confessou ter recebido naquele ano R\$ 75 mil da estatal, que teriam sido destinados a um caixa dois da sua campanha eleitoral para deputado federal.

Quando depôs à CPI dos Correios, Roberto Jefferson declarou ter sido informado por Dimas Toledo de um desvio de R\$ 3 milhões de Furnas, já durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O dinheiro seria repartido entre o PT, um grupo de deputados e o próprio Dimas, denunciou o ex-deputado.

A lista de Furnas em poder da PF é um fotocópia – ainda sem documento original – e não passou pela perícia. A lista de beneficiários de desvio de dinheiro de Furnas não conteria nomes de petistas, mas de políticos ligados ao PSDB, PTB, PFL, PL e PP, partidos que davam sustentação ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Os deputados Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA)



Roberto Jefferson admitiu à PF ter recebido dinheiro desviado da estatal Furnas em 2002

e Eduardo Paes (PSDB-RJ), que são sub-relatores da CPI dos Correios, já declararam à imprensa que querem apurar as novas denúncias de Roberto Jefferson. O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), também sub-relator, disse que é inevitável investigar a suposta lista..



Senador Delcídio Amaral (C) pedirá marcação de depoimento do lobista Nilton Monteiro

CPI pode ter acesso a dados de Duda

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral, considerou um sucesso a viagem da comitiva de parlamentares que foram a Nova York (EUA) em busca da liberação de dados sobre contas de Duda Mendonça no exterior.

– Essa viagem teve efetivamente o resultado esperado – avaliou Delcídio, depois de uma conversa telefônica com o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Segundo ele, os representantes da agência de inteligência financeira norte-americana, o Fincen (Financial Crimes Enforcement Network), informaram a Serraglio e aos demais integrantes da

comitiva, deputados Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ), que as informações serão encaminhadas ao Conselho Administrativo de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Assim, o compartilhamento de documentos com a CPI dos Correios será facilitado, informou o presidente da CPI.

Delcídio informou ainda que os membros da comitiva apresentarão nesta semana à comissão mais detalhes sobre o acordo com os promotores de Nova York.

Para o sub-relator de Movimentação Financeira, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), o acesso aos dados de Duda Mendonça pelos parlamentares vai abrir um

precedente de cooperação com as autoridades norte-americanas e facilitar o acesso de dados sigilosos por outras comissões de inquérito.

Mas Fruet não descarta a possibilidade de que os dados de Duda sejam utilizados para alimentar disputas entre partidos, como aconteceu durante os trabalhos da CPI do Banestado, e foi o principal argumento das autoridades dos Estados Unidos contra o compartilhamento das informações.

Para evitar que isso aconteça, Delcídio Amaral reforçou o pedido para que os deputados evitem quaisquer vazamentos de informações sigilosas.

Duda se declara “vítima política em ano eleitoral”

No segundo depoimento à Polícia Federal depois das denúncias de que teria recebido dinheiro ilegal em outras contas no exterior, o publicitário Duda Mendonça disse que está sendo usado numa disputa política de grupos que querem chegar ao poder nas próximas eleições.

– Estão me transformando numa vítima política num ano eleitoral e eu confio que, na hora da apuração dos verdadeiros fatos e das provas, as coisas vão ficar muito claras – declarou Duda após seu depoimento de cinco horas.

O publicitário confirmou serem falsas as novas denúncias publicadas contra ele. Disse que a única conta que mantém no exterior está em nome da Dusseldorf, em que ele assumiu ter recebido R\$ 10,5 milhões do valerioduto para quitar dívidas das campanhas realizadas para o PT em 2002. Segundo o publicitário, a conta foi liquidada depois que ele pagou mais de R\$ 4 milhões de Imposto de Renda e multa por sonegação.

Duda não quis comentar sobre a viagem de membros da CPI aos EUA em busca de suas informações bancárias. “Quem pode responder [sobre a viagem] são os deputados”, afirmou.

A CPI acredita que o sigilo de Duda vai ajudar a mapear as empresas por onde passaram recursos do valerioduto no exterior. Os parlamentares querem saber se o empresário Marcos Valério, que transferiu mais de R\$ 55 milhões a pedido do PT, foi recompensado com pagamentos do partido em contas no exterior.

Mas o deputado Gustavo Fruet, sub-relator de Movimentação Financeira, acredita que a CPI não dispõe de tempo hábil para concluir a investigação sobre a movimentação de Duda ou de Valério no exterior.

– A PF está muito mais adiantada nessa investigação e a CPI não tem tempo para dar seqüência a essa análise – reconheceu Fruet.

CPI ouve sugestões de órgãos fiscalizadores

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios discute nesta semana medidas para evitar sonegação fiscal, fraudes em licitações públicas e possíveis irregularidades em órgãos de previdência complementar, com suas operações de compras de títulos, principal foco da sub-relatoria. A agenda da CPI deve ser definida neste início da semana, com o retorno da comitiva de parlamentares que foram aos Estados Unidos.

Nesta segunda-feira, a sub-relatoria ouve representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) e da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco) sobre medidas para coibir crimes fiscais e melhorar a fiscalização da Receita. A maioria dos envolvidos no escândalo de corrupção, como o publicitário Duda Mendonça e o empresário Marcos Valério, fraudaram o Fisco. A Receita também tem analisado as contas de deputados beneficiários dos esquemas de corrupção para determinar se a movimentação financeira é superior à declarada.

O secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, e o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Marcelo Trindade, vão ser ouvidos nesta terça-feira, em reunião conjunta da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção e de Fundos de Pensão. Os dois órgãos já identificaram irregularidades em fundos de pensão das estatais e nas negociações de títulos por meio de corretoras.

As auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) feitas a pedido da CPI dos Correios – mais de 50 contratos – e as fraudes em licitações e outros contratos públicos vão ser discutidos na quinta-feira, quando a sub-relatoria ouve o presidente do TCU, Adilson Motta, e o presidente da Auditoria, Henrique Ziller.

HOMENAGEM Senadores destacam qualidades pessoais e liderança política do ex-presidente da República



GERALDO MAGELA

Entre as autoridades presentes estavam os governadores do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e de Goiás, Marconi Perillo, e o cardeal-arcebispo emérito de Brasília

Senado lembra 50 anos da posse de JK

Bastante concorrida, a sessão solemne em homenagem aos 50 anos da posse do ex-presidente Juscelino Kubitschek teve início às 14h50 de terça-feira, embalada por músicas que relembravam o clima dos chamados “anos dourados”, como *Eu Sei que Vou te Amar*, *Pela Luz dos Olhos Seus*, *Carinhoso*, *Close to You*, *Anos Dourados* e *Garota de Ipanema*. A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Entre as autoridades presentes estavam

os governadores do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e Marconi Perillo, de Goiás, o cardeal-arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão, o ex-ministro do STF Maurício Corrêa e o ministro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal José Jerônimo de Souza. A presença mais notada, no entanto, foi a da presidente do Memorial JK, neta de Juscelino e esposa do senador Paulo Octávio (PFL-DF), Anna Christina Kubitschek Pereira. Ela disse que o Senado prestou uma linda

homenagem a Juscelino.

Outro personagem que deu um colorido especial à sessão foi o advogado de 80 anos de idade Antônio Soares Neto, de Jataí, Goiás, conhecido como “Toniquinho JK”. Ele perguntou ao então candidato a presidente, Juscelino, se, uma vez eleito, cumpriria a Constituição, construindo a nova capital. Segundo Toniquinho, um tanto surpreso, JK garantiu que, a partir daquele momento, esse se tornaria seu maior objetivo.

Comissão prepara várias iniciativas de homenagem

Quatro senadores – Paulo Octávio (PFL-DF), José Sarney (PMDB-AP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS) – compõem a comissão encarregada de dar continuidade às ações do Senado para comemorar os 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República. A comissão foi designada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.



F. PADUL/ARPDF

Juscelino Kubitschek ergue o braço ao fim de seu mandato presidencial, ao lado de seu vice, João Goulart, em Brasília

“A história – injusta para uns, implacável para outros – reputa a JK a fama de ter sido o único presidente a tomar posse com um projeto e terminar o seu mandato com esse projeto cumprido. (...) Na campanha presidencial deste ano, todos vão querer tirar uma casquinha de JK. Mas ninguém pode ser equiparado a ele. Depois de Juscelino, nenhum presidente realizou um plano de desenvolvimento com política industrial.”

RENAN CALHEIROS

“O slogan da campanha de JK prometia fazer o país crescer 50 anos em cinco. A promessa foi realizada. O Brasil vivia sob regime de estado de sítio, mas Juscelino promoveu a liberdade de imprensa.”

PAULO OCTÁVIO

“O fato de a política econômica ter provocado uma crise fiscal e endividamento externo relevante não diminui o tamanho e a importância da sua obra.”

ALOIZIO MERCADANTE

“Depois dele, não tivemos mais qualquer outra mudança de rumo. O Brasil acelerou, retrocedeu, ficou autoritário, redemocratizou-se, teve crises e até tornou-se uma potência econômica.”

CRISTOVAM BUARQUE

“Antes dele, se a localidade não era servida por trem, lá não comparecia o candidato. Que saudades o Brasil tem dos tempos de Juscelino Kubitschek de Oliveira.”

EDUARDO AZEREDO

O que disseram os senadores

“Como seria bom para o Brasil se um líder de massas com visão de futuro, leal e inteligente como Juscelino, governasse o país.”

ARTHUR VIRGÍLIO

“É o exemplo mais notável de homem público. Brasileiros e brasileiras não podem ter ódio no coração; têm que ter JK!”

MÃO SANTA

“Tive a oportunidade de perceber o arrebatamento das pessoas que participaram da construção da nova capital.”

EDUARDO SUPLICY

“O Brasil precisa de um novo JK, de um homem que faça este país voltar à sua vocação. Juscelino não teve medo de enfrentar inflação, oposição, passou por várias tentativas de golpe militar e ainda foi capaz de perdoar.”

DEMOSTENES TORRES

“A minha cidade (Jataí) é talvez a mais juscelinista de todas as cidades brasileiras. Guarda uma afinidade muito grande com JK.”

MAGUITO VILELA

“Foi um democrata e um estadista, conciliou crescimento com estabilidade e abriu espaço para a cultura.”

SERYS SLHESSARENKO

“O espírito de Juscelino ficou em Brasília e inspirou o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.”

RAMEZ TEBET

“Meu primeiro ídolo de infância foi o ex-presidente, devido ao que ele representava em termos de renovação e esperança para o Brasil.”

HERÁCLITO FORTES

“Era competente, habilidoso e acima de tudo respeitava as instituições. Estes fatos me fizeram juscelinista.”

JOSÉ AGRIPINO

“Juscelino projetou a sociedade para além de seu tempo. Ele está no coração de todos os brasileiros.”

AMIR LANDO

“JK conseguiu mostrar que o país pode ter um salário mínimo elevado sem que isso traga impactos negativos para a economia. Meu pai ganhava salário mínimo e tinha dez filhos. Mesmo vivendo com dificuldades, nós tínhamos casa própria.”

PAULO PAIM

Duas afetuosas cartas de JK a Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), escritas da Europa, após Juscelino exercer o mandato de presidente, foram mencionadas pelo senador. “Gosto de viajar, porém só agora descobri que o meu turismo é nacional”, afirmava JK, que na carta jurou amizade ao parlamentar baiano. Em seu discurso, Antonio Carlos disse que Juscelino foi o único presidente brasileiro que estabeleceu um plano de metas e o cumpriu.



PLENÁRIO PEC apresentada por Marco Maciel permite a revogação do mandato de diretores de agências reguladoras

Presidência



RICARDO STUCKERT/PR

O presidente do Senado, Renan Calheiros (na foto, com o presidente Lula e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim), afirmou, quarta-feira, que não há conflito de Poderes. Ele avalia que cada Poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – procura exercer e reforçar o seu papel. Os comentários foram motivados pelas críticas de parlamentares considerando que o STF prejudica os trabalhos das CPIs em razão das liminares que concede. Renan lembrou que a CPI dos Bingos está em funcionamento graças a uma decisão do STF.

Roriz pede apoio para a “cidade digital”

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, pediu o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, para a tramitação rápida do projeto de lei que cria a chamada “cidade digital”. O projeto já foi aprovado, em dois turnos, pela Câmara.

Renan reafirmou seu compro-

misso – e dos líderes partidários – com o governador e com o senador Paulo Octávio (PFL-DF) de votar o projeto em caráter de urgência urgentíssima, assim que chegue ao Senado. Ele ressaltou a importância da matéria para o desenvolvimento econômico do DF e região.

Proposta sobre precatórios terá urgência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu a representantes da Associação Nacional de Prefeitos que fará tramitar em regime de urgência proposição, em discussão com o Poder Judiciário, destinada a criar novas normas para o pagamento de precatórios.

A proposta deverá ser apresentada em duas etapas. Primeiro, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que vincula parte do orçamento para pagamento de precatórios; depois, um projeto de lei complementar com os percentuais a serem aplicados.

Renan comemora os 45 anos da Ufal

O 45º aniversário da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) foi registrado em discurso pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ao lembrar o que foi realizado nesses anos nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, ele frisou o trabalho em equipe e a convergência de esforços da sociedade alagoana em prol da criação, da manutenção e do crescimento da Ufal.

Renan homenageou o fundador e primeiro reitor da universidade, Aristóteles Calazans Simões, que dirigiu a instituição por dez anos.

O senador informou que a universidade oferece 35 cursos de graduação nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, humanas e da saúde; 18 cursos de mestrado, três de doutorado e 28 de especialização.

Suassuna defende repactuação de dívidas agrícolas

Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo aos demais senadores para que apoiem o relatório que o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) apresentará ao projeto que trata da repactuação de dívidas agrícolas (PLC 142/05) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo Suassuna, Bezerra já disse que, se a negociação com o governo não for favorável aos agricultores, manterá o texto aprovado pela Câmara, que autoriza a renegociação de dívidas rurais contratadas até 31 de dezembro de 2000 na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), inclusive os débitos já renegociados anteriormente.

Produtores estão perdendo dinheiro, diz Motta

João Batista Motta (PSDB-ES) afirmou, em Plenário, que muitos produtores rurais estão perdendo dinheiro, ao vender abaixo do custo sacas de arroz, feijão, soja, leite e carne. O senador alertou que a má situação no campo pode estimular ainda mais brasileiros a migrarem para as grandes cidades, aumentando o risco de violência nos principais centros do país.

– Todos estão no vermelho, ao contrário dos bancos, que faturam horrores de lucros anualmente, e das multinacionais do aço, do minério ou dos supermercados. O brasileiro está ficando em segundo plano, sem direito nem sequer a sobreviver – assinalou o parlamentar do Espírito Santo.

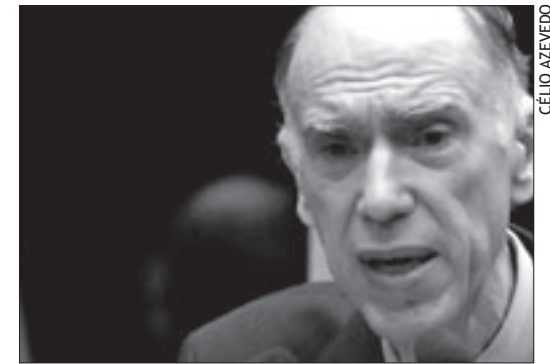
Senado poderá revogar mandato em agências

O senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou em Plenário, na sexta-feira, a apresentação de proposta de emenda à Constituição para permitir a revogação do mandato de diretores das agências reguladoras que não estiverem exercendo adequadamente sua função. A PEC, ainda sem numeração, altera o artigo 52 da Constituição para autorizar o Senado a revogar, por voto secreto, o mandato de titulares de cargos aprovados pelo Senado e nomeados pelo presidente da República.

– Essa medida é um mecanismo que pode ajudar a fortalecer as agências reguladoras, para que se transformem em instituições de defesa dos interesses da sociedade e tenham condições reais de cumprir seu papel de fiscalizar e acompanhar as empresas privadas constituídas para prestar bons serviços à população – afirmou.

Maciel explicou que a proposição é necessária porque o governo não tem entendido bem o papel das agências, que, afirma, padecem de vários males. Entre os principais problemas apontados pelo senador estão o contingenciamento de recursos pelo governo; dificuldades na recomposição dos quadros de recursos humanos, tanto dos diretores nomeados quanto dos funcionários, por falta de concursos públicos; e falta de independência de atuação em relação ao governo.

– As agências não devem estar subordinadas a ministérios. Elas têm que agir com independência, pois são entes do Estado e devem ficar a serviço da população e



CÉLIO AZEVEDO

Segundo Maciel, governo não tem entendido bem o papel das agências reguladoras

não do governo. Seus diretores devem ser especializados nas respectivas áreas em que atuam e não podem ter vínculo partidário – explicou.

José Jorge (PFL-PE) e Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiaram a iniciativa de Maciel, que ainda apresentou, na sexta-feira, voto de pesar pelo falecimento, no dia anterior, no Recife, do ex-deputado estadual Ribeiro Godoy.

José Jorge: MP 275 aumenta carga tributária

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), disse, em Plenário, que a Medida Provisória 275/05, ao contrário do que foi anunciado pelo Poder Executivo – que reduziria de 15% a 30% a carga tributária das microempresas e diminuiria também os tributos das pequenas empresas –, gera um aumento de até 66%. As informações são do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo



José Jorge

(Sescon-SP).

O senador comunicou que, atendendo a pedidos de empresários, vai solicitar audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para analisar as implicações da medida adotada pelo governo. Ele pretende que o debate sobre o assunto seja feito o mais rápido possível, para que os senadores já tenham uma posição definida quando a MP chegar ao Senado.

A MP, publicada no fim de dezembro do ano passado, altera o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

José Jorge informou que o estudo técnico *Reflexos das Modificações no Simples: MP 275/2005*, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), comprovou que as empresas optantes pelo Simples estão pagando mais tributos após a edição da MP. Para o senador, a medida contribuirá para manter os empreendedores na informalidade.

Tuma elogia Operação Estradas do TCU

Romeu Tuma (PFL-SP) pediu, na quarta-feira, o arquivamento de requerimento de sua autoria solicitando que o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizasse a operação tapa-buracos do governo. O senador se disse satisfeito com a determinação do presidente do TCU, ministro Adylson Motta, de deflagrar a Operação Estradas, com a participação de cem auditores,

para acompanhar o andamento das obras. O requerimento foi arquivado por ordem do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Tuma lembrou que é autor de outro requerimento solicitando a presença do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar o plano de recuperação

das estradas brasileiras. Para o senador, é estranho que o governo tenha decidido recuperar as estradas, sem licitação, no último ano de mandato, sob a alegação de que as obras são emergenciais. Ele também questionou por que o governo decidiu realizar apenas obras para tapar buracos, de pouca duração, ao invés de fazer a renovação das estradas.

DENÚNCIA - João Ribeiro (PL-TO) denunciou que o governo do Tocantins está contratando cabos eleitorais para cargos na Secretaria de Governo e em outras secretarias, no lugar de servidores que estão sendo demitidos, para fazer campanha política visando a reeleição do governador do estado, Marcelo Miranda. Só em janeiro foram contratados mais de 400 servidores, acusou o senador.

LUZ PARA TODOS - Serys Shessarenko (PT-MT) afirmou que o programa Luz para Todos beneficiou 20 mil domicílios no interior de Mato Grosso até o fim de 2005. A meta, segundo a senadora, é que 80 mil propriedades no estado sejam atendidas até o fim deste ano. O programa pretende eliminar a exclusão elétrica no meio rural e beneficiar 10 milhões de pessoas em todo o país até 2008.

HIDROVIA - Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que viabilize o projeto de construção de uma hidrovía que atravesse a ilha do Marajó e reduza a distância entre Macapá e Belém. Atualmente, a duração da viagem entre as duas capitais chega a 48 horas. De acordo com o senador, com o canal da ilha do Marajó, o percurso entre Belém e Macapá será feito em 24 horas.

OCUPAÇÃO - Flexa Ribeiro (PSDB-PA) solicitou à Ouvidoria Agrária Nacional ação urgente para impedir a ocupação, por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da fazenda Lagoa Azul, de propriedade da empresa Camargo Corrêa Metais, no município de Breu Branco (PA). O senador denunciou que os membros do MST roubam madeira da fazenda e destroem benfeitorias.

PLENÁRIO

Cegueira em crianças preocupa Quintanilha

As populações que moram nas margens do rio Araguaia, que banha o estado do Tocantins, vivem “um verdadeiro pânico” desde que surgiram casos de perda de visão de crianças que tomaram banho no rio, disse o senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO). Depois de meses de investigação, descartou-se a possibilidade de transmissão da doença por um caramujo, que teria proliferado exageradamente por causa de algum desequilíbrio ecológico, acrescentou.

Ele agradeceu o apoio para detectar a origem da doença dado pelas universidades federais de São Paulo, Minas e Goiás, além do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Fundação Oswaldo Cruz. Enquanto não se descobre a causa, autoridades de várias cidades às margens do Tocantins têm solicitado às pessoas que evitem as águas do Araguaia, apesar da importância turística e pesqueira do rio.

A cidade com maior número de

casos de cegueira parcial é Araguatins, onde as pessoas já enfrentam doenças como malária, dengue, leishmaniose, tracoma e febre amarela.

Mesquita Jr. pede combate à malária

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) fez um apelo em Plenário, na segunda-feira, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Saúde, José Saraiva

Felipe, a fim de que o governo federal libere recursos para o combate da epidemia de malária no município de Mâncio Lima, no estado do Acre.

— O caso é extremamente grave e está praticamente fora de controle — alertou.

Em aparte, Augusto Botelho (PDT-RR) também cobrou apoio federal para o combate à doença em seu estado, onde, segundo informou, foram detectados cerca de 30 mil casos em 2005.



Leomar Quintanilha ressalta o apoio de universidades para diagnosticar doença

Augusto criticou o governo por disponibilizar verbas para a malária apenas nos momentos em que ocorrem epidemias.

Já o senador Alberto Silva (PMDB-PI) recomendou ao governo a reserva de R\$ 1 bilhão para retomar o exército de matamosquitos, do começo do século passado, com o objetivo de combater o mosquito da dengue. Ele disse que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tirou dinheiro da Saúde para pagar o FMI.

Tuma aponta déficit na habitação popular

O déficit habitacional do país e a inadimplência de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) são motivo de preocupação para o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Embora o acesso à moradia figure entre os direitos individuais previstos na Constituição, Tuma lamenta que o déficit de habitabilidade, conceito que reúne carência e precariedade de moradias, chegue a 12 milhões de unidades.

Segundo estudo encomendado pelo Ministério das Cidades, o déficit habitacional é um drama enfrentado hoje por 78% das fa-

mílias com renda mensal inferior a três salários mínimos. Outro problema apontado por Tuma é o desvio de recursos da habitação popular para segmentos de maior renda. Para ilustrar o problema, ele revelou que 70% dos financiamentos liberados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) em seus 22 anos de atividade destinaram-se a famílias com renda mensal acima de cinco salários mínimos.

— O que se constata é a falta de foco desses programas, a indisponibilidade de recursos e a intensa burocracia para se

conseguir um financiamento — observou.

As dificuldades enfrentadas pelos mutuários do SFH para pagar suas prestações e quitar o saldo devedor do financiamento também sensibilizaram o senador. Segundo ele, cerca de 5 mil famílias perderam seus imóveis financiados, nos últimos quatro anos, pela incapacidade de arcar com a dívida. Frente aos dilemas do déficit e da inadimplência, Tuma apelou ao poder público para que continue a subsidiar a habitação popular, sem descuidar dos mutuários de maior renda.

Garibaldi: educação deve ser prioridade do governo

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou na quarta-feira, em pronunciamento no Plenário, sua preocupação com o “desafio da educação frente à globalização” e pediu que o governo invista mais em educação.

Garibaldi comparou a situação do Brasil com a do Chile, onde a escolaridade média é de nove anos e a taxa de analfabetismo de 3,5%, enquanto no Brasil a média de estudos é de 6,4 anos e a taxa de analfabetismo chega a 11%. O senador acrescentou que a escolaridade média de toda a população chilena “só é inferior à média dos 20% mais ricos” no Brasil.

— O Chile compreendeu a influência do investimento em capital humano nos indicadores socioeconômicos de uma nação — afirmou o senador.

Outro país que “vem investindo maciçamente em educação”, de acordo com Garibaldi,

é a Índia, que tem 31 milhões de habitantes com doutorado. As escolas superiores indianas formam, por ano, 2,5 milhões de estudantes, informou. Como resultado desse investimento educacional, “e de medidas acertadas na área econômica”, disse Garibaldi, as exportações das indústrias de tecnologia da informação indianas devem atingir US\$ 70 bilhões até 2010. Já o Brasil, lamentou, tem 82% dos jovens em idade universitária — 19 milhões de pessoas — fora das salas de aula.

— Esses dados se refletem, de forma preponderante, na produtividade do setor econômico. O desenvolvimento somente ocorre quando a educação é tratada como prioridade nacional — sentenciou o parlamentar.

Apartearam Garibaldi Alves, em apoio a seu pronunciamento, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Efraim defende negociação das dívidas dos agricultores

Efraim Morais (PFL-PB) cobrou do governo federal a aprovação do projeto de lei de autoria de César Borges (PFL-BA) que possibilitará a renegociação das dívidas de pequenos agricultores do Nordeste e de outras regiões do país. Efraim defendeu ainda maior agilidade na execução das obras de transposição do rio São Francisco. A transposição, disse, deverá beneficiar mais de 12 milhões de nordestinos nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

— O governo não discute as dívidas dos agricultores. Será que sem chuva e sem água vai se produzir alguma safra de que possam tirar proveito? Será que vão ter como pagar suas dívidas?

José Jorge condena elevação da dívida

“1.000.000.000.000” (um trilhão): este foi o número que o senador José Jorge (PFL-PE) exibiu inscrito numa faixa, na quarta-feira, da tribuna do Plenário. O número, arredondado, corresponde ao valor, em reais, da dívida pública do Brasil divulgado pelo Banco Central. A elevação da dívida, disse José Jorge, foi a maior realização do governo do presidente Lula.

— Essa cordilheira de dinheiro teve um crescimento de R\$ 45 bilhões só em 2005 — informou

o senador, dizendo que a dívida pública, que alcançou a cifra de R\$ 1,002 trilhão em dezembro de 2005, corresponde a 51,65% do produto interno bruto (PIB).

Para José Jorge, o excesso de gastos do governo e a política de juros altos explicam o crescimento da dívida e provocam o aumento da carga fiscal. Na avaliação do líder da Minoria, sem o controle dos juros não será possível equilibrar as contas públicas.

Alvaro Dias quer BNDES investindo mais no país

Os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devem priorizar o Brasil, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR), advertindo que a “generosidade do governo brasileiro” faz com que o BNDES invista mais em obras de infra-estrutura em outros países da América Latina do que no próprio Brasil.

Alvaro Dias informou que, por meio do banco de desenvol-

vimento, até 2007, o governo Lula investirá US\$ 3 bilhões para financiar obras em países da América do Sul. O senador anunciou que vai apresentar requerimento solicitando auditoria nos empréstimos realizados pelo BNDES.

Ao comentar investimentos brasileiros para financiar obras nos países vizinhos, Alvaro reclamou da ausência de investimentos públicos no Brasil.



Rodolpho Tourinho

Tourinho rebate crítica de diretor da Petrobras

Críticas do diretor da Petrobras Ildo Sauer ao projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece um marco regulatório para o setor de gás natural foram rebatidas pelo senador.

— É preciso tratar as divergências de forma educada e não tentar desmoralizar um projeto que entendo importante para o país e para este governo.

José Jorge (PFL-PE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) apoiaram Tourinho.

Raupp pede incentivo fiscal ao biodiesel

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que outros países já estão “passando à frente do Brasil” na utilização do biodiesel como importante fonte alternativa de energia, no longo prazo, por seu caráter renovável. O senador lembrou que o biodiesel vem sendo testado em várias partes do mundo como Argentina, Estados Unidos, Malásia, Alemanha, França e Itália.

A Europa, segundo informou Valdir Raupp, produz e distribui, anualmente, 1,35 milhão de toneladas de biodiesel, o equivalente a 90% do total da produção mundial. Isso se deve, segundo o senador, à concessão de incentivo fiscal aos produtores e à preocupação ambiental, que tem levado à busca de fontes limpas de energia, além da forte tributação dos combustíveis de petróleo, o que garante a competitividade do biodiesel.

AJUDA - Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou ajuda financeira para o Hospital Napoleão Laureano, de João Pessoa, especializado em oncologia. Segundo alertou, por falta de recursos do governo federal, o hospital não dispõe de equipamentos necessários para atender pacientes que necessitam de radioterapia. A prefeitura de João Pessoa repassa R\$ 350 mil por mês para o hospital, cuja demanda de pacientes aumentou 15% em 2005, afirmou o senador.

RODOVIA - A duplicação da rodovia BR-060 no trecho de Goiânia a Santa Rita do Araguaia (GO), fronteira com Mato Grosso, foi pedida por Maguito Vilela (PMDB-GO). Segundo o senador, essa melhoria na rodovia permitirá melhor escoamento da produção de suínos e frangos destinados à exportação. Maguito ainda anunciou, para daqui a dois meses, a conclusão das obras de duplicação do trecho Brasília-Goiânia da BR-060.

PLENÁRIO

CULTURA - A cultura brasileira, com destaque para a importância da Rádio Nacional e do Ministério da Cultura, foi tema de pronunciamento de Luiz Otávio (PMDB-PA). Para o senador, o Ministério da Cultura, implantado no governo Sarney, é uma instituição do mais alto nível, que promove ações voltadas para a "valorização dos modos de ser e fazer dos brasileiros e do seu patrimônio".

MOTORISTA - Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ter apresentado o projeto que propõe a criação da Permissão Especial para Dirigir, destinada aos menores com idade entre 16 e 18 anos. De acordo com a proposta (PLS 26/05), o documento permitirá que esses jovens possam conduzir veículos de pequeno porte (categoria B), desde que acompanhados pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal.

HOMENAGEM - Mão Santa (PMDB-PI) homenageou da tribuna o senador Alberto Silva, colega de partido em seu estado. Para Mão Santa, Alberto Silva mudou o Piauí quando governou o estado. O orador lembrou obras executadas pelo então governador durante seus dois mandatos (71/75 e 87/91) e destacou artigo do jornalista Zózimo Tavares, em que Alberto Silva é classificado como "JK do Piauí".

APLAUSO - Atendendo a requerimento do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o Senado encaminhará voto de aplauso ao jornal piauiense *O Dia*, pelo seu 55º aniversário, comemorado na quarta-feira. Em outra homenagem, Patrícia Saboya (PSB-CE) cumprimentou, em Plenário, o jornalista Edilmar Norões, colunista do jornal *Diário do Nordeste*. Ele comemorou 50 anos de carreira na terça-feira.

Pará exporta mais, celebra Ana Júlia

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou o crescimento das exportações paraenses e atribuiu parte do mérito à política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela informou que em 2005 o Pará exportou R\$ 4,8 bilhões, segundo dados da federação das indústrias do estado.

Para a senadora, os bons resultados podem ser explicados pelo bom momento da economia mundial e pela busca de novos mercados, como a Venezuela e a China, empreendida pelo gover-

no Lula. Ana Júlia informou que entre 2004 e 2005 as vendas do Pará para a Venezuela cresceram 51%. Nos últimos anos as exportações para a China cresceram 43%. De acordo com a senadora, seu estado é a unidade da Federação que mantém comércio mais intenso com a Ásia.

Ana Júlia destacou as exportações de minérios, como bauxita e alumina. Há previsões de que até 2010, disse, o Pará esteja produzindo anualmente 30 milhões de toneladas de bauxita e 20 milhões de toneladas de alumina,



Segundo Ana Júlia, os bons resultados são fruto da política externa do governo Lula

tornando-se, nos dois casos, o maior exportador mundial. Ela observou, no entanto, que a mineração não recebe do governo paraense a atenção a que faz jus. Ana Júlia cobrou a criação de um pólo industrial no estado para verticalizar a produção de minérios.

Valdir Raupp defende projetos no rio Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) recomendou atenção para os projetos de produção de energia elétrica e transporte aquaviário chamados de Complexo do Rio Madeira. O senador ressaltou que os projetos têm grande importância econômica e estão sendo realizados dentro das normas ambientais.

- Da viabilidade do projeto depende a suficiência energética do país para os próximos anos - disse.

Além do cuidado ambiental, Raupp alertou para a necessidade do cumprimento de prazos, uma vez que o complexo é estratégico no processo de integração de infra-estrutura da América do Sul. Espera-se que as usinas gerem 6.500 megawatts de energia, informou, e que o comércio pelo rio Madeira se amplie com o aumento da navegabilidade "dessa importante artéria fluvial da Amazônia".

Papaléo pede verbas para universidades

Papaléo Paes (PSDB-AP) fez um apelo por mais recursos para as universidades públicas, pedindo o aumento do número de vagas oferecidas. Ele destacou as necessidades da Universidade Federal do Amapá (Unifap), solicitando a ampliação do campus e o aumento dos cursos oferecidos.

- Não é mais possível manter congeladas as verbas para custeio das universidades federais. É necessário, sim, exigir delas uma gestão eficiente dos recursos e uma produtividade coerente com o seu papel na sociedade - sustentou.



Papaléo Paes

Alvaro Dias denuncia maus-tratos a Oviedo

Alvaro Dias (PSDB-PR) divulgou em Plenário o teor da carta que lhe foi enviada por 17 parlamentares paraguaios, integrantes do Partido da União Nacional de Cidadãos Éticos (Unace), em que protestam contra a situação do general Lino Oviedo, preso em razão da tentativa de golpe que liderou em 1996 contra o então presidente

Juan Carlos Wasmosy.

Os parlamentares - seis senadores e 11 deputados - informam que Oviedo "se encontra recluso em cárcere militar, sendo impedido de usufruir os direitos fundamentais previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos e no Protocolo de Pactos Civis e Políticos". O Paraguai, lembram

os parlamentares, como signatário e membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), deve respeito a essas convenções.

- O meu intuito, ao dar publicidade a essa carta, é denunciar que, em um país irmão, em pleno século 21, um cidadão é submetido à privação arbitrária e ilegal de liberdade - disse o senador.

Pesar pela morte de Maria de Lourdes Jereissati

Parlamentares de todos os partidos se uniram às manifestações de pesar pelo falecimento de Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati (PSDB-CE). O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) adiou viagem que faria a São Paulo, na quinta-feira, para solidarizar com a família Jereissati.

- Não poderia deixar de juntar minha voz às vozes daqueles que já apresentaram seus sentimentos de pêsames e solidariedade à família - disse Tebet.

Enviaram condolências os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), Alvaro Dias (PSDB-PR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Flávio Arns (PT-PR). Também enviaram pêsames os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Delcídio Amaral (PT-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA), Tião Viana (PT-AC), César Borges (PFL-BA), Pedro Simon (PMDB-RS), Heráclito Fortes (PFL-PI), Alberto Silva (PMDB-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC), José Jorge (PFL-PE), Paulo Octávio (PFL-DF), José Agripino (PFL-RN), Romeu Tuma (PFL-SP), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Gilvam Borges (PMDB-AP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Sarney (PMDB-AP).

PESAR - Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Londrina (PR) José Hosken de Novaes, na última terça-feira, aos 89 anos, no Hospital Mater Dei de Londrina. O senador lembrou a história do político, como jurista, professor da Universidade Estadual de Londrina e vice-governador do estado. Associou-se à homenagem a Hosken o senador Osmar Dias (PDT-PR).

Projetos

Mais controle sobre os presídios

Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou projeto com objetivo de estabelecer pena de reclusão, de um a dois anos, para o crime de interceptação de comunicações telefônicas (PLS 357/05). Também é de Tuma proposição (PLS 356/05) para acrescentar ao Código Penal artigo que tipifica como crime a conduta de ingresso ilegal de arma ou meio de comunicação em estabelecimento prisional. Já projeto (PLS 366/05) de Gerson Camata (PMDB-ES) visa acrescentar na Lei de Execução Penal proibição de que as celas tenham tomada elétrica, para impedir que baterias celulares sejam recarregadas.

Identificação de apostadores

É de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a proposição (PLS 365/05) que altera a Lei da Loteria Federal para determinar a identificação do apostador, inserindo-se o seu CPF no comprovante

de aposta, como forma de dificultar que a renda obtida irregularmente com sonegação de impostos (lavagem de dinheiro) seja falsamente declarada como proveniente de prêmios de loteria.

Conselho para fiscalizar eleições

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) propôs alterações na Lei 9.504/97 para instituir conselho interpartidário encarregado de fiscalizar o financiamento das eleições (PLS 360/05).

Incentivo para audiovisual

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) propôs (PLS 361/05) a prorrogação, até o exercício fiscal de 2016, do prazo de vigência da possibilidade de dedução do Imposto de Renda devido de percentuais relativos a investimentos para a produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente (prevista no art. 1º da Lei do Audiovisual). "É consenso que a aplicação da Lei do Audiovisual, associada à Lei Rouanet, tem contribuído, de maneira decisiva, para o restabelecimento do funcionamento da cinematografia brasileira", justifica.

Projeto beneficia habitação popular

Proposta para alterar o Programa Especial de Habitação Popular aumentando a oferta de habitações destinadas a famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos foi apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS). O projeto (PLS 351/05) abre a pos-

sibilidade de execução das ações do programa por cooperativas, organizações, mutirões e outras iniciativas coletivas ou individuais e cria um conselho responsável pelo estabelecimento das diretrizes e normas de gerência e direção do programa.

Mais rigor com bebida alcoólica

Projeto de lei do Senado (PLS 370/05) para alterar dispositivos da Lei 9.294/96, estabelecendo que passe a ser considerada alcoólica, para efeitos de restrições de propaganda, a bebida potável de qualquer teor alcoólico, foi apresentada pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Hoje,

as restrições só valem para bebidas com teor acima de 13º GL.

A proposição também objetiva restringir à parte interna dos locais de venda a afixação de cartazes com propaganda de produtos fumíferos, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de agrotóxicos.

PLENÁRIO

Agripino critica pagamento ao FMI

O senador José Agripino (PFL-RN) criticou a operação financeira que permitiu ao governo brasileiro pagar, no último mês, dívida de US\$ 15,5 bilhões junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o senador, o governo pagou essa dívida – cujos juros eram de 4% ao ano – captando reais no mercado interno a 17% anuais. Pela estimativa do senador, um juro líquido adicional de 13% representa aumento de gastos de US\$ 2 bilhões ao ano para o país.

Agripino também criticou a queda na rentabilidade das exportações brasileiras em 12%, no ano passado, que, segundo ele, pode ser atribuída à política econômica do governo. Os juros altos provocam a entrada de dólares no país e, conseqüentemente, a sobrevalorização da moeda brasileira, explicou.

– Os grandes exportadores ainda conseguem sobreviver, mas os pequenos estão paralisando suas atividades, pedindo concordata branca, desempregando. Tudo por conta desse modelo que não deu certo – afirmou.

O senador também atribuiu ao "fracasso da política econômica" o fato de que, segundo ele, diferentemente do que ocorreu há três



Agripino: retomada do crescimento econômico será o grande tema das próximas eleições

anos, quando o presidente Lula foi recebido com grande expectativa no Fórum Econômico Mundial, em Davos, este ano o Brasil foi pouco lembrado no evento. E concluiu que a retomada do crescimento econômico será o principal tema da próxima campanha eleitoral, ao lado da questão ética.

Heloísa: Lula e FHC são similares

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apontou similaridade na política econômica dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso, invocando as relações de ambos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Não é honesto estabelecer que este e o outro governo romperam com o FMI. Isso é uma farsa intelectual e uma fraude política – sustentou Heloísa.

Outros pontos de convergência assinalados pela senadora foram o au-

mento da carga tributária e a elevação da dívida pública. Segundo afirmou, a condução da economia nesses moldes tem maior impacto sobre a população mais pobre, que, proporcionalmente, paga mais impostos e amarga aumento de desemprego, com a redução do consumo e retração nos investimentos sociais.

José Jorge (PFL-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiaram o discurso da senadora.

Para Sibá, inaugurar obras é direito do presidente

Sibá Machado (PT-AC) defendeu o direito de o presidente Lula continuar viajando e participando de inaugurações durante o ano eleitoral. Para o senador, o presidente está apenas colhendo os frutos de três anos de trabalho, e outros possíveis candidatos também devem poder realizar inaugurações, como os governadores de Minas Gerais, Aécio Neves; de São Paulo, Geraldo Alckmin; do Rio Grande do Sul,

Germano Rigotto; e o prefeito da capital paulista, José Serra.

O senador também defendeu realizações do governo, dizendo que o programa Bolsa-Família e o aumento do salário mínimo são instrumentos importantes para distribuir renda e reduzir o desequilíbrio entre classes, e afirmando que não se deve comparar o Brasil com a China, que, apesar de ter crescimento econômico e equilíbrio fiscal,



Sibá diz que Lula está apenas colhendo frutos ao participar de eventos em ano eleitoral

não é uma democracia plena. Ele ainda comemorou a reinstalação da superintendência da Caixa Econômica Federal no Acre.

José Jorge acusa Lula

O líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE), acusou o presidente Lula de preparar o uso político-eleitoral da conquista da auto-suficiência brasileira em petróleo. O senador afirmou que a conquista só foi possível graças à abertura no mercado de petróleo levada a cabo pelo governo Fernando Henrique e ao desenvolvimento técnico alcançado pela Petrobras.

José Jorge também anunciou que o Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de repassar recursos à organização não-governamental (ONG) Instituto Cidadania, ligada ao PT, por entender que o trabalho realizado pela ONG nada tem a ver com os objetivos do Sebrae.

Motta defende estados

João Batista Motta (PSDB-ES) acusou o governo federal de "usurpar o trabalho dos governadores", gastando muito em "propaganda enganosa" nos estados, tentando mostrar como sendo de iniciativa federal obras desenvolvidas pelas administrações estaduais.

O senador disse que isso vem ocorrendo não só no seu estado, o Espírito Santo, mas também em pelo menos outros 12.

– O governo federal não tem feito sua parte para levar o desenvolvimento aos estados. Permite que o país viva à deriva, sem rumo, sem focar em projetos estruturais. Não há políticas públicas bem definidas. Desse jeito, o governo federal tem sido um obstáculo ao desenvolvimento – afirmou Motta.

LUCRO DOS BANCOS - Mão Santa (PMDB-PI) disse que a voracidade com que os bancos reajustam suas tarifas no governo Lula é sem paralelo na história brasileira. Ele divulgou levantamento do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa em Administração revelando que, nos últimos cinco anos, a receita obtida com as taxas de prestação de serviços bancários teria aumentado em 130%.

INVESTIMENTOS - Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que, apesar da queda dos índices de emprego na esfera mundial, o Brasil tem visto crescer desde 2004 o nível de emprego em todos os setores da economia. Para que esse quadro cresça ainda mais, Lobão propôs que o governo invista nas plantações de cana-de-açúcar para produzir combustível, álcool, e gerar emprego para os trabalhadores rurais.

Ideli rebate e diz que governo agiu certo

Ideli Salvatti (PT-SC) rebateu discurso do senador José Agripino (PFL-RN), que criticou o pagamento antecipado, pelo governo federal, da dívida de US\$ 15,5 bilhões junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Ideli explicou que o valor pago não representou prejuízos para o país, pois não seria utilizado em obras. Segundo a senadora, o empréstimo junto ao FMI tinha a finalidade de recompor as reservas brasileiras e não poderia, portanto, ser utilizado em obras.

– Quando Lula tomou posse, o Brasil tinha uma reserva cambial líquida que não chegava a US\$ 14 bilhões, além do empréstimo do FMI. Ao longo dos últimos três anos, o governo transformou essas reservas em US\$ 54 bilhões, mais os recursos do fundo. Os recursos pagos não entraram na contabilidade do nosso caixa – explicou, lembrando que o empréstimo não se destinava a investimentos, mas somente para reserva cambial.

Em aparte, Agripino assinalou que o raciocínio da senadora não estava correto, pois todo dólar que entra no país é transformado em real e, portanto, passa a integrar o meio circulan-

te. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou, em aparte, que a decisão do governo de antecipar o pagamento da dívida vai propiciar uma retomada de crescimento do país, com estabilidade financeira e geração de empregos.

Queda da taxa de desemprego

Ideli também registrou que a taxa de desemprego está em 8,3% – a menor desde março de 2002, conforme salientou. Ela destacou que o número de trabalhadores desempregados nas seis regiões metropolitanas caiu para menos de 2 milhões.

A senadora observou ainda que houve crescimento real da renda dos empregados com carteira assinada, dos trabalhadores na economia informal e dos que trabalham por conta própria. Ideli defendeu ainda o salário mínimo de R\$ 350, afirmando ser esse o de maior poder de compra desde 1985. O novo salário mínimo, explicou, compra duas e meia cestas básicas na maior parte das capitais brasileiras.

Ideli contou o caso de uma senhora que hoje faz o pão caseiro por metade do preço que pagava ao fim do governo anterior.

Flexa Ribeiro diz que Lula utiliza retórica populista

Ao registrar a publicação, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de matéria sobre o discurso proferido pelo presidente Lula durante solenidade de assinatura do projeto da Ferrovia Litorânea Sul, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou, usando palavras do próprio jornal, que o pronunciamento deixou clara "a retórica lulista destinada a apequenar o passado e engrandecer o presente".

O presidente disse que a malha ferroviária nacional cresceu em três anos 70% a mais do que nos 18 anos anteriores, mas, segundo o senador, esqueceu-

se de informar que a condição necessária para isso foi a desestatização do setor, empreendida no governo Fernando Henrique Cardoso.

O parlamentar também leu trechos do artigo "Onda populista na energia em 2006", dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro Adriano Pires e Rafael Schechtman, advertindo que este ano poderá ser pautado por críticas populistas e pelo acirramento da política intervencionista do setor na energia, objetivando angariar o chamado voto fácil para reeleger o presidente Lula.

Suplicy sugere vinda de Lula ao Congresso

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o comparecimento de Lula ao Congresso Nacional para leitura de sua mensagem anual ao Parlamento, e sugeriu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que faça um convite ao presidente nesse sentido.

– Creio que se criaria uma situação positiva e se estabeleceria uma relação mais ampla entre a Presidência da República e o Congresso – afirmou.

O senador disse que, quando o presidente veio ao Congresso no primeiro ano de seu mandato, foi muito bem recebido. Já

nos dois anos seguintes, Lula apenas enviou sua mensagem, "porque havia certa preocupação por parte da Presidência da República de que Lula não fosse bem recebido". Mas o ministro das Relações Institucionais, Jacques Wagner, em conversas com congressistas, teria concluído que o temor é infundado.

Suplicy lembrou a grande repercussão internacional da mensagem do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Congresso norte-americano, em 31 de janeiro.

Voz do Leitor

JUSCELINO KUBITSCHKEK

“JK visitou Pentecoste, o que me orgulha muito como cidadão pentecostense. A visita teve como objetivo inaugurar um dos maiores açudes do estado do Ceará, o Pereira de Miranda. No último dia 31 de janeiro, o Senado homenageou os 50 anos de sua posse como presidente do Brasil. Sou um eterno admirador desse homem que venceu os obstáculos da vida e, depois de tudo, contribuiu para a industrialização do país e o crescimento do povo brasileiro.”

Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)

POBREZA

“A globalização está criando um novo tipo de pobreza. Antigamente, os pobres viviam em favelas e bairros humildes, mas com a esperança de seus filhos poderem dar um salto social para viverem melhor. Hoje, até essa esperança se foi.”

Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)

SOM NO TRÂNSITO

“O Código de Trânsito estabelece a proibição do uso de equipamento de som em volume e frequência incompatíveis com a autorização do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Entretanto, esse dispositivo é frequentemente e absurdamente desrespeitado, e, o que é pior, sob vistas grossas de policiais e autoridades.”

Geraldo de Almeida Ramos, de Alcobaca (BA)

DINHEIRO PÚBLICO

“Se o governo federal não tem recursos para investir

nas áreas de educação, saúde e emprego, por que o presidente Lula antecipou 15 bilhões de dólares ao FMI como parte do pagamento da dívida externa?”

Eliel Feitosa da Silva, de Ceilândia (DF)

FRUSTRAÇÃO

“Acredito no crescimento do homem ao buscar a superação das dificuldades do dia-a-dia. Contudo, compartilho da frustração de grande parte da população brasileira que, diante de tantas lutas sem sucesso, opta pelo sábio ensinamento do jabuti. Ao perceber uma ameaça, o jabuti protege-se em seu casco e, sem forças para enfrentar seu opositor, sente-se um herói ao não ser atingido por ele.”

José Raimundo Correia, de Urbano Santos (MA)

INDEPENDÊNCIA

“Presidente Renan Calheiros, a postura de Vossa Excelência é de quem preza e respeita as instituições. Chega de dirigentes acorados diante dos demais Poderes. Sou um cidadão brasileiro que ainda acredita nos políticos do bem.”

Samuel Lemes, de Cuiabá (MT)

CORRUPÇÃO

“O povo está cansado de corrupção, uso incorreto de impostos, falta de saúde pública e segurança. Agora, tem que sofrer com a possível decepção de ver anulados os processos de políticos corruptos na Justiça, tendo em vista os últimos pronunciamentos dos ministros do STF.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70.165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

VESTIBULAR

Reginaldo Francisco de Oliveira, de São Julião (PI)

“Senadora Heloísa Helena, gostaria de saber por que o governo não acaba com a taxa de inscrição para o vestibular, que atrai milhões de estudantes carentes brasileiros. Qual o motivo dessa cobrança?”

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) responde:

Reginaldo, como a própria palavra já diz, é a inscrição no vestibular uma taxa e não um imposto. Taxa é quantia cobrada com intuito de suprir as demandas de custo de serviço público ou venda de uma prestação de um serviço público, o que é o caso do vestibular, instituído pelas universidades públicas e privadas. Particularmente, sou contra, e luto para que todos os jovens tenham acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. Na minha opinião, o governo não acaba com a taxa do vestibular nas universidades públicas porque não tem interesses em garantir uma educação de qualidade para os filhos da pobreza.



APOSENTADOS

Josefa Rodrigues Cavalcante, de João Pessoa (PB)

“Senador Paulo Paim, a União deve aos que se aposentaram entre 1977 e 1987 uma diferença no valor do benefício. Alguns aposentados já entraram na Justiça e conseguiram receber essa diferença. Existe a possibilidade de que a União nos pague sem que seja necessário acessar a Justiça?”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Cara Josefa, sempre existe a possibilidade do pagamento administrativo, assim como ocorreu com o acordo para o pagamento do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) por meio da Lei 10.999/04. Por isso, sempre ressaltamos a importância de os aposentados entrarem em contato com as suas entidades representativas para negociarem com o governo. Isso deve ser feito para que seja efetivado um acordo que traga benefícios aos aposentados, o que não significa que a Justiça não possa ser acionada.



DECRETO LEGISLATIVO

Gilson Gabriel, de Vitória (ES)

“Senador Pedro Simon, por qual motivo o Congresso Nacional não elabora um decreto legislativo para repor parte das perdas salariais do funcionalismo público nos últimos dez anos?”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:

Prezado sr. Gilson, o funcionalismo, de fato, sofre há muitos anos com um achatamento cruel de seus vencimentos. Mas a Constituição não atribuiu ao Congresso a prerrogativa de tomar iniciativas que gerem despesa ao Tesouro Nacional.



Frases

“Vou colocar a bola a dois metros da linha do gol para o presidente chutar. Aposto que ele fará um gol de placa”

Helio Costa, ministro das Comunicações, sobre a definição do padrão de TV digital a ser adotado pelo Brasil.

“O que nós queremos é ter o direito de investigar”

Efraim Morais, criticando decisão do presidente do STF, Nelson Jobim, de barrar a quebra do sigilo bancário do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, amigo de Lula.

“O STF nunca se curvou e não irá se curvar a patrulhamentos de nenhum tipo, públicos ou privados”

Nelson Jobim, em resposta às críticas.

“O STF tem uma importância muito grande para nós e para a estabilidade democrática”

José Sarney, em defesa de Nelson Jobim.

“Medidas provisórias colocam o Poder Legislativo no corredor da morte”

Amir Lando, para quem as MPs desviam para o Executivo a atribuição de legislar.

“A verticalização, como princípio, é boa e defensável, mas inadequada ao momento político nacional”

Renan Calheiros, para quem a regra deve ser consequência de ampla reforma política.

“Essa cordilheira de dinheiro teve um crescimento de R\$ 45 bilhões só em 2005”

José Jorge, portando faixa de protesto que exibia a inscrição “R\$ 1.000.000.000.000,00” (um trilhão de reais), valor atualizado da dívida pública.

“Essa publicação traz uma mentira deslavada”

Arthur Virgílio, sobre notícia do boletim *Em Questão*, do governo federal, de que os investimentos alcançaram a cifra recorde de R\$ 18,4 bilhões em 2005.

“A liberdade de nomeação é o que mostra a gênese da corrupção”

Cláudio Weber Abramo, da ONG Transparência Brasil, em depoimento à CPI dos Correios.

Foto da Semana

Uma liminar do presidente do STF, Nelson Jobim, vetando o acesso da CPI dos Bingos aos sigilos de um amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dominou boa parte do noticiário na semana de reabertura dos trabalhos do Judiciário, que reuniu na mesma mesa os chefes dos três Poderes – além de Jobim e Lula, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, mais o vice-presidente José Alencar e o procurador-geral da República, Antonio Fernandes de Souza



GERALDO MAGELA

Brasil na era da TV digital

O processo de implantação da TV digital no país está avançado. Já estão concluídos os estudos feitos por 20 consórcios que reúnem técnicos e cientistas para analisar o melhor padrão para o Brasil.

Segundo o Ministério das Comunicações, o sistema de transmissão de TV digital deve ser escolhido entre o modelo europeu e o japonês, mas o mercado brasileiro está sendo disputado também pelos americanos.

A implantação da TV digital no Brasil deve atender a alguns requisitos: ter alta definição, interatividade, portabilidade e mobilidade dentro do mesmo canal. O assunto será tema do *Conexão Senado*, que vai ao ar às 12h desta segunda-feira. O ouvinte pode participar pelo telefone 61 3311-1261, fax 61 3311-2777 ou e-mail conexao@senado.gov.br.

Já o programa *Prosa e Verso* do sábado, às 9h, e com reprise no domingo, às 16h, aproveita a proximidade do Carnaval para refletir sobre a paixão popular devotada às escolas de samba.

O Amor às Cores da Escola de Samba é o nome desse especial, que terá como atração principal os versos de amor ao verde e rosa da Mangueira e ao azul e branco da Portela, as duas agremiações mais tradicionais do país.

Mais espaço para a música erudita

A Rádio Senado amplia a divulgação de compositores e intérpretes de música erudita com o *Encontros com a Música Brasileira*, que estreou em janeiro. Produzido pelo diplomata João Solano Carneiro da Cunha, vai ao ar aos sábados às 8h, com repetição aos domingos às 18h.



No mês do carnaval, a Rádio Senado dedica o programa *Prosa e Verso* à paixão dos brasileiros pelas escolas de samba

FERNANDO ARAÚJO/LÍZIA (CÉDIDA GENTILMENTE PELO CENTRO DE MEMÓRIA DO CARNAVAL)

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

Documentos históricos brasileiros ao alcance de todos

ALEXANDRE GUIMARÃES

Desde a década de 70, tem sido variada a publicação de inventários de documentos históricos brasileiros que se encontram em arquivos e bibliotecas de todo o mundo. Fruto de árdua pesquisa de grandes historiadores, muitos desses textos e mapas, que se perdiam entre pilhas de papéis antigos, foram catalogados em levantamentos que surgem como facilitadores para o trabalho de outros pesquisadores.

Nesse sentido, as Edições do Senado Federal, em seu volume 50, publica o essencial trabalho *Inventário de Documentos Históricos Brasileiros*, de autoria do pesquisador norte-rio-grandense Ivoncísio Meira de Medeiros. A obra compreende o levantamento de documentos desde o século 16 até o século 19.

Foram feitas pesquisas em arquivos e bibliotecas da Espanha (Biblioteca Nacional de Madrid, Real Biblioteca do Escorial, Arquivo Geral de Simancas, Arquivo Geral das Índias de Sevilha, Real Academia de História e Arquivo Hidrográfico de Madrid); da França (Biblioteca Nacional da França); e de Portugal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Pública Eborense e

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

Além disso, no caso específico de documentos sobre o Rio Grande do Norte, o autor investiga minuciosamente também os catálogos da Fundação Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

O professor Ivoncísio Meira de Medeiros é conhecido pelo seu trabalho contínuo em favor da preservação e recuperação da história do Rio Grande do Norte. Seu *Inventário de Documentos Históricos Brasileiros* é bibliografia básica para consulta de pesquisadores da história potiguar e brasileira.



Obra reúne documentos produzidos entre os séculos 16 e 19

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Inventário de Documentos Históricos Brasileiros*, volume 50 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20 no site www.senado.gov.br. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

TV SENADO

Novas atrações para celebrar dez anos no ar

Em 2006, a TV Senado completa dez anos no ar. Inaugurada em 1996, a emissora consolida o seu papel de pioneira na cobertura dos trabalhos legislativos, dando início, ainda este ano, a mais um grande projeto – a Rede Senado de Televisão, em sinal aberto. O Ministério das Comunicações já garantiu canais retransmissores abertos em Salvador (canal 53), Recife (canal 55), Fortaleza (canal 43), Manaus (canal 57), além de Rio de Janeiro (canal 49), Belém (canal 44), Natal (canal 52), Macaé (canal 35), Cuiabá (canal 55) e Boa Vista (canal 13). Em Brasília, a TV Senado já opera em sinal aberto em UHF (canal 51).

Um olhar sobre uma década

de cobertura dos trabalhos legislativos e da produção cultural recheiam a programação especial que a TV Senado preparou para marcar seu aniversário. Novas atrações, com mais jornalismo, reportagens especiais e *flashes* ao vivo reforçam a programação neste mês. Especiais que resgatam momentos importantes da história, além de entrevistas e depoimentos estarão nos programas da TV Senado. Entre eles, destaca-se o *Senado Agora*, com boletins diários ao vivo, pela manhã e após o trabalho das comissões e do Plenário.

No *Aconteceu no Senado* são registrados fatos, visitas, debates e votações importantes, durante toda a programação. Também

com interprogramas de cinco minutos, o *Ecosenado* mostra ações em defesa do meio ambiente.

Canal direto com o cidadão, o *Alô Senado* traz sugestões e perguntas dos brasileiros aos parlamentares. No *Senado Informa Entrevista*, a opinião dos senadores é gravada diretamente do Cafezinho dos Senadores.

De cara nova, o *Jornal do Senado*, o principal telejornal da emissora, às 21h, traz a cobertura completa dos fatos do dia.

Uma seleção de 21 produções da melhor qualidade será apresentada pelo Centro Cultural Banco do Brasil. É a *Mostra Comemorativa dos Dez Anos da TV Senado*, que deve ser levada para outras capitais do país.

Um pouco da história

A TV Senado foi criada no dia 5 de fevereiro de 1996, por José Sarney, então presidente do Senado, com base na Lei 8.977/95, a primeira norma legal a abrir a possibilidade da existência de canais legislativos no Brasil. Pela lei, as operadoras são obrigadas a destinar um canal para o Senado entre os chamados canais básicos de utilização gratuita, que devem constar do cardápio de canais oferecidos pelas TVs por assinatura.

A transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões abriu ao país uma realidade conhecida por poucos. Em maio de 1996, o sinal da TV Senado já estava em todo o Brasil pelo sistema de satélite digital. Antes de completar um ano, já transmitia durante 24 horas.

Hoje, o sinal da TV Senado cobre todo o país, levado por emissoras de TV a cabo, antenas parabólicas e, em breve, por sinal aberto em UHF. As transmissões alcançam, pelo menos, as 8 milhões de parabólicas do país e os cerca de 3,5 milhões de aparelhos dos sistemas de TV por assinatura.

Senadores saúdam a emissora

O décimo aniversário da TV Senado foi saudado por Paulo Paim (PT-RS), que considerou a emissora um “símbolo de democracia, liberdade e igualdade”. O senador disse esperar que em breve o sinal da emissora – atualmente disponível para antenas parabólicas e TV por assinatura – chegue a todos os brasileiros.

– Quero que toda a população tenha o privilégio de assistir a essa verdadeira revolução em matéria de comunicação – afirmou.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), a implantação da TV Senado foi a melhor decisão do então presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP). Heráclito lembrou que a atividade parlamentar é transmitida ao vivo e que a exposição a que o homem público é submetido, após a criação da TV Senado, é altamente positiva.

Os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Heloísa Helena (PSOL-AL) também elogiaram o trabalho realizado pela emissora.

Conheça o Senado



Destaque no acervo do Senado, o quadro *Pescadores*, do artista Di Cavalcanti, está exposto na residência oficial da Presidência da Casa

Obras de arte no Parlamento

Quase 800 quadros e cerca de 70 esculturas formam um riquíssimo acervo de obras de arte – catalogadas e tombadas – do Senado Federal. Artistas brasileiros e estrangeiros são autores de obras que chamam atenção pela criatividade, sensibilidade e harmonia.

Pinturas a óleo, acrílico, aquarela, litografia e xilogravura são algumas das técnicas adotadas pelos artistas que compõem a pinacoteca do Senado. Fazem parte do acervo nomes de expressão nacional e internacional.

O quadro *Pescadores*, de Di Cavalcanti, é o de maior valor.

Está estimado em US\$ 300 mil. O artista carioca foi um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. Expôs em cidades como Londres, Berlim, Bruxelas, Amsterdan e Paris.

Até que seja construída a sede oficial do Museu do Senado, cujo início está previsto para este ano, a obra permanecerá na residência oficial da Presidência do Senado.

A segunda obra de maior expressão é *Sertaneja do Maranhão*, auto-retrato feito em 1971 por Djanira, avaliada em US\$ 150 mil e que também está à mostra na residência oficial. Descendente de austríacos e ín-

dios guaranis, a artista foi uma das que mais soube retratar a cultura e o povo brasileiro.

Do acervo contam ainda diversas obras de Maria Bonomi – uma das que mais doaram quadros para o Senado –, Tomie Ohtake, Carlos Scliar, Fayga Ostrower, Rossini Perez, Décio Villares, José Ferreira e Péricles Rocha, entre muitos outros.

Além dos quadros, há painéis ímpares, como *O lago e os peixes*, de Marianne Peretti, avaliado em US\$ 30 mil, e esculturas como *O Pensador*, de Jean Robert Collinett, que veio para o Brasil de navio doado pelo parlamento francês.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suelly Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Concursos públicos atraem cada vez mais

A busca por estabilidade e por um salário seguro tem atraído cada vez mais os brasileiros e aumentado a procura pelos concursos públicos. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o governo federal autorizou nos últimos três anos a contratação de cerca de 60 mil novos servidores tendo em vista dois objetivos principais: recuperar a força de trabalho de vários órgãos e substituir funcionários terceirizados ou temporários.

A substituição de terceirizados foi uma determinação do Ministério Público do Trabalho, que em 2002 assinou com a União um Termo de Ajuste de Conduta nesse sentido.

A partir daí, o governo come-

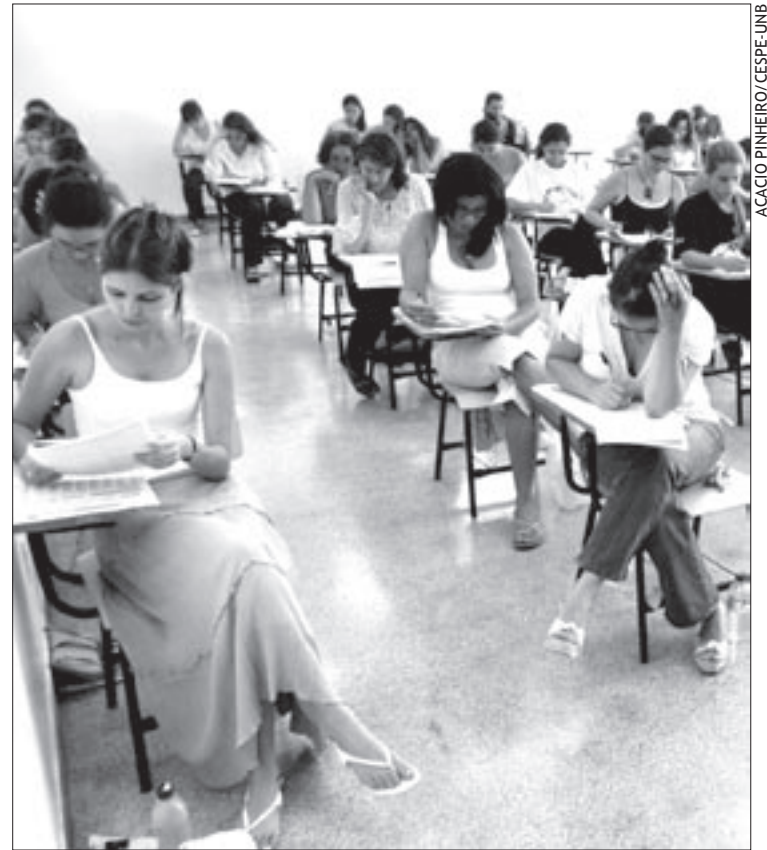
çou a negociar com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério Público do Trabalho um calendário de ajuste válido para toda a administração, que prevê um prazo de cinco anos para a substituição, com uma média de seis mil por ano.

Para 2006 está prevista pela Presidência da República e outros 16 órgãos a abertura de cerca de 15 mil novas vagas. No entanto, pela legislação, nos três meses que antecedem as eleições e nos três depois delas, não se pode nomear aprovados em concursos públicos.

Segundo Marcus Christo, vice-presidente da Associação Brasileira de Candidatos a Concursos Públicos (ABCP), a previsão de criar novas vagas em concursos

públicos até 2010 ultrapassa 120 mil vagas.

Todos os anos mais de quatro milhões de brasileiros disputam uma vaga em concursos de todas as esferas de governo. A concorrência, segundo Marcus Christo, é grande porque "o Estado brasileiro, ao contrário do que pensa o senso comum, emprega pouco em comparação a outros países. Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo resumo foi publicado na última edição do boletim da Área de Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mostra o setor público do Brasil em 58º lugar entre os que mais empregam, em pesquisa feita com 64 países", destaca.



ACACIO PINHEIRO/CESPE-UNB

Muitos "concurseiros" investem de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil e até dois anos de dedicação integral no sonho de um emprego público

Projetos de lei em tramitação

- ▶ Visando regulamentar as normas gerais dos concursos públicos, o PLS 92/00 (252/03 na Câmara), do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), foi aprovado no Senado e tramita na Câmara.
- ▶ O PLS 280/05, do senador Osmar Dias (PDT-PR), o PLS 301/05, de Romeu Tuma (PFL-SP), e o PLS 394/05, de João Alberto Souza (PMDB-MA), prevêem o crime de fraude em concurso.
- ▶ Do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o PLS 311/05 propõe que a taxa de inscrição não exceda 1% do valor da remuneração inicial do cargo para o qual o concurso é realizado, observado um mínimo de dez reais. Já o PLS 305/04, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), dispensa de pagamento de inscrição em concursos federais os candidatos isentos de pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física.
- ▶ O PLS 111/04, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), extingue as provas de língua estrangeira nos concursos e nos vestibulares.
- ▶ Para o PL 1.329/03, do ex-deputado André Luiz, em caso de empate as mulheres terão preferência se comprovarem que são chefes de família. A prestação de serviço voluntário ou título em concurso público também pode valer como critérios de desempate, segundo o PLS 10/02, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).
- ▶ Do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), o PLS 50/02 obriga a devolução de taxas de inscrição na anulação ou não-conclusão do concurso.
- ▶ O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) propôs o PLS 136/00, que reserva 5% das vagas aos índios.

Direitos do candidato previstos na Constituição

- ▶ O candidato tem o direito de tornar-se funcionário público, se for aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, for nomeado e tomar posse (*art. 37, inciso II*).
- ▶ O candidato aprovado no concurso, durante o prazo de validade dele, tem o direito de ser nomeado com prioridade sobre os novos concursados. É o chamado direito de precedência (*art. 37, inciso IV*). Ele possui apenas a expectativa de direito à nomeação. Quando a ordem de classificação não é respeitada, o candidato prejudicado passa

a ter o direito garantido e pode procurar a Corregedoria-Geral da União ou a Justiça.

▶ O candidato com deficiência tem o direito de concorrer separadamente, apenas com as pessoas com deficiência, às vagas reservadas a esse grupo de candidatos em todo concurso (*art. 37, inciso VIII*).

Novos direitos ou novos procedimentos vêm sendo determinados por pareceres ou decisões da Justiça, como a exigência de apresentação de diploma apenas por ocasião da posse, como determinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Edital deve ser lido com atenção

- ▶ Caso o candidato seja portador de necessidade especial, deve estar atento ao edital e verificar como e quando solicitar as condições especiais de que precisa para realizar as provas.
- ▶ Caso verifique irregularidades no local de prova, como candidatos tendo acesso a celulares, *bips* ou *walkman* durante a realização do exame, solicite esclarecimentos e, se for o caso, denuncie à Polícia Federal.
- ▶ Para concursos federais, o edital tem de ser publicado na íntegra no *Diário Oficial* da União e divulgado por meio eletrônico

pelo menos 15 dias antes das inscrições. O salário oferecido deve estar citado no edital e a taxa de inscrição deve ser de, no máximo, 2,5% desse salário.

▶ O edital também deve estabelecer o número de vagas (inclusive as reservadas a deficientes), as atribuições do cargo, o período, a forma e os locais de inscrição, a validade do concurso (no máximo dois anos, renovável por igual período) e se haverá ou não curso de formação.

▶ Após cada fase do processo seletivo deve haver prazo de pelo menos dois dias para recursos.

Para associação de concursados, a legislação precisa avançar

O *Jornal do Senado* entrevistou José Vânio Sena, presidente da Associação Brasileira de Candidatos a Concursos Públicos (ABCP):

1 - Quais os pontos mais polêmicos da legislação sobre concursos públicos? Ela tem evoluído?

Não. Ao contrário, os projetos vêm tramitando a passos lentos. A polêmica maior é a existência ou não do direito à nomeação. A mera expectativa de direito é considerada perversa. As discussões corriqueiras envolvem a má formulação das provas. Toda questão confusa ou com mais de uma resposta possível deveria ser anulada com a atribuição dos pontos a todos os candidatos. Infelizmente, na maioria das vezes, o juiz diz que não pode adentrar no mérito da banca examinadora, para não invadir o poder discricionário da Administração Pública.

2 - O que precisa ser aperfeiçoado ou revisto?

Em primeiro lugar, deve haver uma regulamentação mínima por meio da aprovação do Projeto de Lei do Senado 92/00 (PL 252/03 na Câmara). Existem deficiências no PLS 252, como a manutenção da mera expectativa de direito à nomeação. Mas ele já avança ao prever que a administração pública teria que justificar a não nomeação dos aprovados dentro das vagas previstas, além de disciplinar o conteúdo mínimo do edital de abertura, já que hoje muitos editais apresentam omissões e incongruências. Depois de aprovada, essa regulamentação deve começar a ser melhorada.

Outro assunto a ser revisto são as avaliações psicológicas subjetivas ou com perfis profissiográficos sigilosos, nas quais muitas reprovações são injustas e os

candidatos acabam voltando a certame por ordem da Justiça.

Uma das portas para falcaturas nos concursos são as provas abertas. Na maioria dos casos deveria-se extingui-las ou tirá-las o caráter eliminatório. Já as provas de aptidão física deveriam ser aplicadas em condições mais humanas. Hoje, são exigidos esforços físicos insuportáveis para a mulher, por exemplo. As

provas orais deveriam ser filmadas e gravadas, para possibilitar o recurso. E os exames médicos deveriam ser transferidos para a posse, quando possível. Gasta-se muito com exames laboratoriais, sem aproveitamento ao final.

3 - O que leva o candidato a procurar a ABCP?

Em primeiro lugar estão as reclamações dos que passaram em concurso cuja validade está perto do fim sem que sequer o aprovado em primeiro lugar tenha sido nomeado. Outras queixas referem-se a prova de conhecimentos mal elaborada; a avaliação psicológica excessivamente subjetiva; a reprovação em exame médico em razão de doença passageira; a prova discursiva subavaliada; a prova que extrapola o conteúdo do edital; e a exclusão de candidato com deficiência sob a alegação de que ele não a possui na intensidade exigida.

4 - Há um perfil do "concurseiro"?

Não temos uma amostragem representativa, mas podemos traçar um perfil. Eles têm, em sua maioria, curso superior. Muitos têm mais de 40 anos. Há quem estude até dois anos em período integral e os que investem de dois a três mil reais, ou mais que isso valor, em cursos preparatórios e material de estudo.

Informações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Tel.: (61) 3429 4343
www.planejamento.gov.br

ABCP - Associação Brasileira de Candidatos a Concursos Públicos
Tel.: 0800-727-2950
www.brconcursos.com.br

Diário Oficial da União - Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Organizadores:

Cespe/Universidade de Brasília
Tel.: (61) 3448-0100

www.cespe.unb.br

Fundação Carlos Chagas
Tel.: (11) 3721-4888
www.fcc.org.br

Fundação Cesgranrio
Tel.: (21) 2103-9600
www.cesgranrio.org.br

Fundação Getúlio Vargas
Tel.: (21) 3288-8040
www.fgv.br

Esaf - Escola de Administração Fazendária
Tel.: (61) 3412-6288
www.esaf.fazenda.gov.br